

**COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
GRUPO ELETROBRÁS
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2005

RUA SETE DE SETEMBRO, 539 – CEP: 90.010-190.
CENTRO, PORTO ALEGRE – RS.
CNPJ 02.016.507/0001-69
INSCRIÇÃO ESTADUAL 096/2636169
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
ATIVIDADE: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
WWW.CGTEE.GOV.BR
UNIDADE GESTORA: 919820
ESTATUTO SOCIAL APROVADO EM 11/08/1997
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 27/08/1997

SENHORES ACIONISTAS,

A administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2005, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, com relatos das ações empreendidas no exercício.

1. GESTÃO OPERACIONAL

1.1 CONTROLE ACIONÁRIO

A CGTEE foi constituída em 28 de julho de 1997. Em 30 de novembro de 1998, o controle acionário da Companhia foi transferido para a União com base no Contrato 014/98/STN/COAFI. Posteriormente, em 30 de junho de 2000, a mesma passou ao controle acionário da ELETROBRÁS, que detém 99,94% das ações.

Houve alteração na composição acionária da Companhia durante o exercício de 2005, em virtude de alterações estatutárias ocorridas na 17ª Assembléia Geral Extraordinária, de 18 de junho de 2004, por força dos artigos 135, 136 e 137 da lei das Sociedades Anônimas nº 6.404 de 15.12.1976.

1.2 CONTRATO DE CONCESSÃO

Através do Contrato de Concessão de Geração nº 67/2000-ANEEL, assinado em 13/09/2000, a CGTEE detém os direitos de exploração e produção de energia elétrica através de suas usinas termelétricas instaladas no Estado do Rio Grande do Sul até o ano de 2015.

1.3 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL

Em 2005, a CGTEE obteve as condições para atingir três importantes objetivos: a comercialização da energia, que estava até então descontratada, e que foi comercializada nos Leilões de Energia Velha; a comercialização de energia nova do empreendimento

Fase C da Usina Presidente Médici; e também o aumento da Disponibilidade Geral do Sistema de Geração a partir de Projetos de Recomposição e Manutenção do Parque de Geração atingindo, no presente exercício, índices superiores à meta estabelecida.

O sucesso da Companhia na comercialização de energia nova, no leilão realizado no mês de dezembro, garante a construção da Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota. Foram vendidos 292 MW, a partir de 1º de janeiro de 2010 até dezembro de 2024, o que significa uma receita anual de R\$ 331 milhões, e ao longo do período de R\$ 5 bilhões.

Estaremos aumentando o consumo de carvão mineral que atualmente é de 1,7 milhão de toneladas ao ano, fortalecendo a sua utilização na matriz energética brasileira. A partir de 2010 a empresa consumirá, para suprir as necessidades da Usina de Candiota, aproximadamente quatro milhões de toneladas ao ano de carvão.

A construção está prevista para ocorrer num prazo de 36 a 42 meses, com início previsto para julho de 2006. A Fase C é um dos maiores investimentos dos últimos vinte anos na metade sul do Estado, uma região extremamente deprimida economicamente.

A obra está orçada em US\$ 427 milhões e, durante sua construção, vai gerar 4,5 mil empregos diretos e indiretos e 250 empregos fixos na fase de operação.

A obra tem reflexo no sistema elétrico brasileiro, ampliando o abastecimento no Rio Grande do Sul, e auxiliando na estabilidade do sistema, sendo aguardada pela comunidade há vinte e três anos.

No exercício 2005 teve prosseguimento o processo de Planejamento Estratégico que visa reposicionar a Companhia diante do cenário estabelecido a partir da vigência do novo modelo institucional do setor elétrico. Este trabalho está sendo desenvolvido em conjunto com a ELETROBRÁS através do Comitê de Planejamento Estratégico do Setor Elétrico (COPESE).

Consolidamos nosso boletim interno com tiragens mensais divulgando informações de nossa empresa.

Inauguramos nosso novo site na internet agregando novos serviços, tornando-o mais moderno e acessível, proporcionando ao usuário facilidade de navegação, principalmente para os fornecedores de materiais e serviços, que podem através dele retirar editais, cadastrar-se, acompanhar os processos licitatórios e fazer questionamentos.

Também estamos disponibilizando o “FALE CONOSCO”, interagindo, assim, com a comunidade para esclarecimentos ou qualquer outro tipo de informação.

1.3.1 Indicadores e Metas de Desempenho Empresarial

As metas, ações e indicadores de desempenho foram pactuados com a ELETROBRÁS Programa SIAGE-2005 (Sistema de Acompanhamento Gerencial). Os indicadores e ações foram monitorados permanentemente, sendo atingidas todas as metas estabelecidas.

Os indicadores de desempenho contribuem para avaliar a performance da empresa, para superação dos problemas estruturais e medição da qualidade de manutenção e expansão das unidades.

1.3.1.1 Indicador: Disponibilidade Geral

Meta 2005	Índice obtido	Situação
60,00%	66,38%	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Disponibilidade Geral” visa demonstrar a disponibilidade operacional das unidades para geração de energia elétrica.

Definição:

$$D.G. = \frac{DF + DFP + DP}{\text{Tempo Total do Período}} \times 100$$

DF = Representa o somatório do tempo equivalente de desligamentos forçados;

DFP = Representa o somatório de tempo dos desligamentos por falha na partida;

DP = Representa o somatório de tempo equivalente de desligamentos programados.

1.3.1.2 Indicador: Razão Operacional

Meta 2005	Índice obtido	Situação
1,19	1,06	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Razão Operacional” visa demonstrar o quanto da receita operacional está comprometida com a despesa operacional.

Definição:

$$R.O. = \frac{\text{Despesa Operacional (R\$)}}{\text{Receita Operacional Líquida (R\$)}}$$

Despesa Operacional = pessoal + materiais + serviços de terceiros + combustíveis + depreciação + amortização + energia para revenda + energia de uso + outras despesas;

Receita Operacional Líquida = suprimento de energia elétrica + conta de consumo de combustível (CCC) + conta de desenvolvimento energético (CDE) + outras receitas – impostos e contribuições sobre a receita – Quota para reserva global de reversão.

1.3.1.3 Indicador: Razão Operacional sem Depreciação

Meta 2005	Índice obtido	Situação
0,96	0,87	Meta atingida

1.3.1.4 Indicador: Treinamento

Meta 2005	Índice obtido	Situação
1,50%	1,50%	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Treinamento” visa demonstrar os investimentos que a Companhia vem fazendo na área de capacitação e aperfeiçoamento dos seus colaboradores. Mensura quanta força total de trabalho (horas) foi despendida com treinamento.

Definição:

$$\text{TREINAMENTO} = \frac{\text{Total de horas de treinamento}}{\text{Total de horas trabalhadas}} \times 100$$

Total de horas de treinamento = Treinamento ministrado a empregados, estagiários, cargos de confiança e adidos;

Total de horas trabalhadas = Total de horas que os colaboradores realizaram no período.

1.3.1.5 Indicador: Despesa com Pessoal em Relação à Receita Total

Meta 2005	Índice obtido	Situação
18,15%	18,15%	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Despesa com Pessoal em Relação à Receita Total” (%) visa permitir o gerenciamento das despesas com a rubrica de pessoal.

Definição:

$$\text{D.P.R.R.T} = \frac{\text{Despesa com Pessoal (R\$)}}{\text{Receita Total (R\$)}} \times 100$$

Despesa com pessoal = salário nominal + encargos sociais + vantagens + benefícios previdenciários e de saúde + vale refeição + periculosidade + insalubridade + horas extras + sobreaviso;

Receita Total = receita operacional + receita financeira + receita não operacional.

1.3.1.6 Indicador: EBITDA (Milhões de Reais)

Meta 2005	Índice obtido	Situação
59,41	103,1	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “EBITDA” visa demonstrar o valor monetário correspondente aos recursos disponíveis pela Companhia para o pagamento do serviço da sua dívida, remuneração dos seus acionistas e implementação do seu plano de investimentos.

Definição:

EBITDA (Milhões de R\$) = lucro Líquido + despesas financeiras + depreciação + amortização + tributos.

1.3.1.7 Indicador: Despesa de Serviço de Terceiros/Receita Operacional Líquida

Meta 2005	Índice obtido	Situação
13,00%	8,31%	Meta atingida

1.3.1.8 Indicador: Cobertura do Serviço da Dívida

Meta	Índice obtido	Situação
15,28	35,19	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Cobertura do Serviço da Dívida” visa demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida com recursos gerados pelas operações da Companhia.

Definição:

$$\text{C.S.D.} = \frac{\text{GIR}}{\text{Serviço}} \times 100$$

Geração Interna de Recursos Líquida = resultado operacional + receita financeira + depreciação + amortização;

Serviço da Dívida Líquida = amortização do principal da dívida + refinanciamentos + rolagem do principal + despesas financeiras.

1.3.1.9 Indicador: Grau de Endividamento sem Obrigações Especiais

Meta 2005	Índice obtido	Situação
8,00%	7,89%	Meta atingida

Objetivo: procura retratar a posição relativa do capital de terceiros com relação ao capital próprio.

Definição:

$$\text{G.E.S.O.E.} = \frac{\text{Passivo Total} - \text{Patrimônio Líquido} - \text{Obrigações Especiais}}{\text{Passivo Total (R\$)}} \times 100$$

1.3.1.10 Indicador: Prazo Médio das Contas a Receber de Energia Elétrica

Meta 2005	Índice obtido	Situação
25	25	Meta atingida

1.3.2 Plano de Investimentos no Plano Plurianual (PPA)

A CGTEE está vinculada no PPA aos programas Energia na Região Sul e Infra-estrutura.

Em termos percentuais, este foi o ano com a maior realização orçamentária da história da empresa, atingindo o total de 41,6% de realização do orçamento anual. Destacamos a seguir nossas ações:

1.3.2.1 Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica – MSGEE

Realizar todas as manutenções preventivas, preditivas e corretivas programadas ou de emergência, bem como eventuais adequações e melhorias aos equipamentos

instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes nas plantas de geração de energia elétrica da CGTEE.

Inclui-se neste programa, também, as melhorias a serem realizadas nas oficinas de manutenção de equipamentos industriais de grande porte.

Situação: em andamento.

Previsão de conclusão: 2009

1.3.2.2 Revitalização da Usina Presidente Médici

Realizar reformas e eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta de geração térmica de energia elétrica da Usina Termelétrica Presidente Médici Fase A e B.

Inclui-se neste programa, também, todas as melhorias a serem realizadas nos equipamentos.

Situação: em andamento

Previsão de conclusão: 2009

1.3.2.3 Implantar o Projeto Fase C de Candiota II

Implantação de uma usina termelétrica a carvão mineral nacional, com potência instalada de 350 MW, localizada junto à Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota/RS, constituindo-se na Fase C deste complexo, que atualmente conta com 446 MW, também operando a carvão mineral nacional, ampliando, conseqüentemente, a capacidade instalada para 796 MW. Conta com equipamentos já fabricados e avaliados em US\$ 68 milhões, cedidos sem ônus pela União à CGTEE, para utilização no empreendimento.

Por tratar-se de ampliação, evitará investimentos na ordem de US\$ 40 milhões pelo compartilhamento de instalações e infra-estrutura existentes. Empreendimento com custo de geração bastante competitivo se comparado aos novos empreendimentos termelétricos nacionais.

Situação: em andamento

Previsão de Conclusão: 2009

1.3.2.4 Estudo Para Transformação da Usina Termelétrica de São Jerônimo - 20 MW, numa Unidade Geradora De Energia Elétrica Competitiva

Avaliar alternativas técnicas para modernização da usina visando a geração de energia elétrica a preço competitivo, com menores impactos ambientais. Verificar as condições atuais das unidades quanto à integridade e vida útil residual, de modo a subsidiar estudo de viabilidade técnico-econômica.

Ação concluída.

1.3.2.5 Ampliação da Capacidade da Nova Usina Térmica de Porto Alegre de 24 para 100 MW

A ampliação da capacidade da Nova Usina de Porto Alegre, de 24 para 100 MW, ciclo combinado Turbina Gás, está vinculada à construção do Gasoduto de Uruguaiana.

Como variante ao projeto original em 2004, a CGTEE e a ELETROBRAS, em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, concluíram estudos de viabilidade técnica, financeira e ambiental sobre a utilização do biogás a ser produzido através do lixo orgânico urbano, com vistas à ampliação e modernização daquela unidade.

Após a conclusão dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a implantação do Ecoparque Porto Alegre, a CGTEE, em reunião realizada em outubro de 2005 com o Prefeito Municipal de Porto Alegre, encaminhou a proposta de realização de uma 2ª etapa dos estudos visando, desta vez, propor um arranjo institucional viável para a composição dos parceiros na implantação do projeto, uma vez que esta etapa não estava contemplada no estudo anterior. Desta forma, a Companhia aguarda a análise da proposta por parte da Prefeitura devendo, então, recomeçar as atividades assim que houver a manifestação do poder público municipal.

1.3.3 Projetos na Área de Informática

1.3.3.1 Projeto Software Livre

Prevê a migração do provedor de internet e correio eletrônico, antes hospedado em ambiente de terceiros.

Para isso, foram adquiridos cinco servidores, sendo que todos estão com 100% de softwares não proprietários para atenderem o provedor de internet, intranet, firewall e correios eletrônicos.

Além disso, 40% das estações de trabalho utilizam somente switches de escritório não proprietário e nas demais também estão instalados esses switches competindo com os softwares proprietários. Foram executadas 3.500h de treinamento neste projeto.

O custo deste diluiu-se na economia da não aquisição de licenças de uso dos softwares proprietários.

1.3.3.2 Projeto SOX

Coordenado pela Eletrobrás. A CGTEE está participando sob a responsabilidade da Auditoria Interna em conjunto com a Assessoria de Tecnologia da Informação. Registra-se que, neste projeto, a CGTEE vem cumprindo as fases rigorosamente dentro do cronograma estabelecido pela Controladora.

Este projeto visa adequar o GRUPO ELETROBRÁS às exigências do artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley, instrumento regulador promulgado em 2002, pelo governo americano para empresas que possuem ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Foi promovida a fase de documentação do projeto para certificação dos controles financeiros de suas controladas federalizadas e fundos de pensão.

Esta adequação tem por objetivo obter registro na Securities and Exchange Commission – SEC, para poder migrar os American Depositary Receipts (ADR's) da Empresa de nível I para nível II.

Na CGTEE, a execução do projeto demandou a abertura de frentes de trabalho, envolvendo profissionais de todas as áreas para avaliação dos controles internos dos processos de negócio e a área da Tecnologia da Informação.

A etapa de documentação foi concluída em 31/12/2005, estando previsto para o próximo exercício o início da etapa de testes dos controles identificados visando a adequação às normas da SEC.

1.4 PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Parque Gerador da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE é composto pela Usina Termelétrica Presidente Médici (Candiota II), Usina Termelétrica de São Jerônimo e Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre - NUTEPA, totalizando 490 MW de potência instalada, de acordo com a Tabela 1. A fonte de combustível predominante é o carvão mineral.

USINA	Nº DE UNIDADES	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
PRESIDENTE MÉDICI	04	446
SÃO JERÔNIMO	03	20
NUTEPA	03	24
TOTAL	10	490

Tabela 1: Potência instalada nas usinas da CGTEE

A geração total de energia elétrica em 2005 foi de 1.735,89 GWh. Um aumento de 13,78% em relação à geração total no exercício de 2004, sendo 1.701,44 GWh correspondentes à Usina Termelétrica Presidente Médici e 34,54 GWh correspondentes à Usina Termelétrica de São Jerônimo, permanecendo a NUTEPA em “reserva fria”.

A relação do consumo de energia dos sistemas auxiliares das usinas (bombas, moinhos, ventiladores, iluminação e outros periféricos) comparada à produção total de energia foi de 15,235% na Usina Termelétrica Presidente Médici e de 11,86% na Usina

Termelétrica de São Jerônimo, mantendo-se dentro de padrões de consumo considerando o nível de geração realizado no exercício.

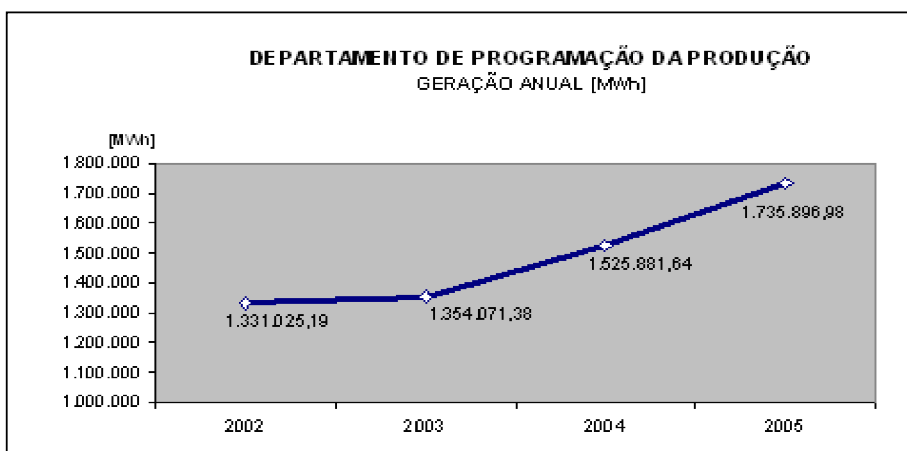


Gráfico 1 – Geração anual de energia no período de 2002 a 2005

A geração foi otimizada em função do preço da energia do subsistema sul (definido semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE) e das tendências do mercado de energia. Também compatibilizou a energia contratada com o despacho das unidades geradoras, considerando a sazonalização dos montantes contratados, visando a diminuição do impacto financeiro devido à exposição da CGTEE ao mercado de energia.

O Programa de Geração de Intercâmbio – PGI foi realizado de acordo com as inflexibilidades e disponibilidades das usinas, resultando num atendimento de 86,49% do programado.

A Disponibilidade Geral atingiu o índice de 66,38% na UPME e 30,22% na DTPJ.

O Gráfico nº. 2 apresenta as médias de disponibilidades nos últimos cinco anos, detalhando o ano de 2005.

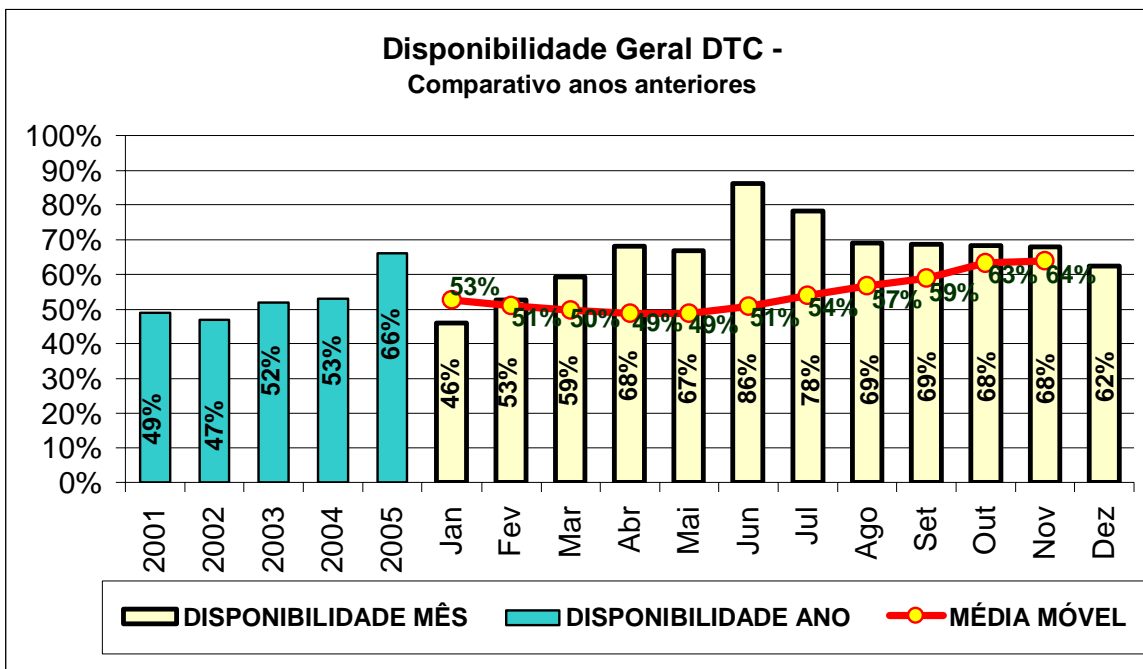


Gráfico 2- Disponibilidade Geral da UPME – Período 2001 a 2005

A CGTEE, ao longo do ano de 2005, exportou energia para o Uruguai através da UPME, cujo montante líquido foi de 66.690,383 MWh e geração bruta de 80.695,82 MWh.

Resumo de Geração da UPME no ano de 2005:

Geração média ano - 194,08 MWm;

Geração anual - 1.701,44 GWh;

Geração máxima mensal - 252,91 MWm;

Geração mérito de preço - 123,74 MWm em Abril; 66,33 MWm em Maio;

Geração para exportação - 9,21 MWm/ano;

Consumo Interno - 15,23%.

1.4.1 Gestão de Combustíveis - DTP

No ano de 2005 contamos com 25% de ressarcimento dos combustíveis (CCC) e 75% (Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) até dez/05, quando se extinguiu a *Conta de Consumo de Combustíveis* (CCC).

1.4.1.1 Óleo Combustível

Em função da parada de produção do óleo combustível OCA2 pela Refinaria REFAP S.A., a CGTEE migrou para o óleo OCA1 devido às suas propriedades físico-químicas e características do sistema de operação da UPME.

Foi alterada a forma de contratação de óleo combustível, passando-se a adotar a modalidade Pregão para o Processo de Licitação.

Foram consumidos 18.725,66t de óleo na UPME durante o ano de 2005.

1.4.1.2 Carvão

Com a geração solicitada nos primeiros meses do ano, foi necessária uma compra adicional de carvão de 516.666,68t para atendimento à geração programada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) e recomposição de estoque na UPME. Deste montante, 50.000t foram adquiridas pela CGTEE para utilização estratégica em períodos de exportação de energia e o restante ressarcido pela CDE (Conta Desenvolvimento Energético).

Foram consumidos 2.132t de carvão na UPME durante o ano de 2005.

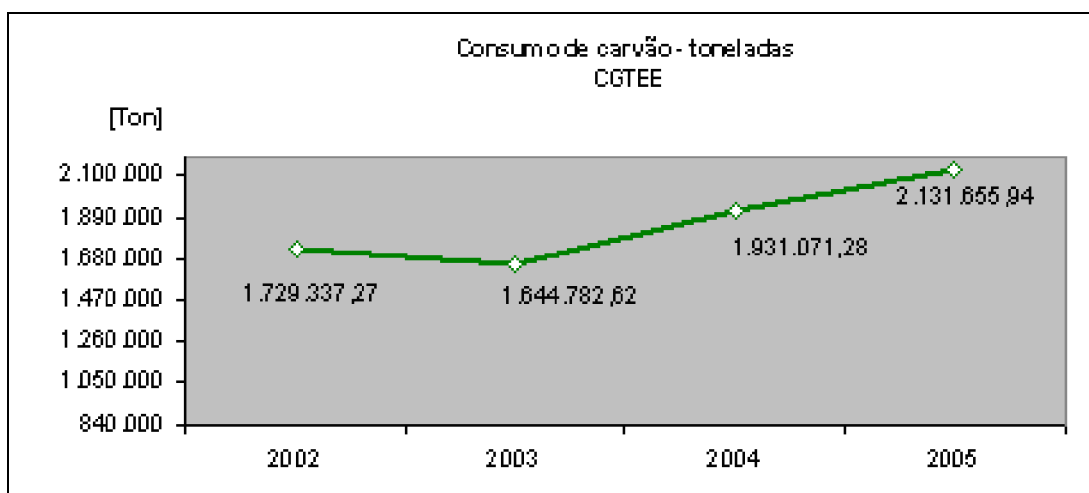


Gráfico 3 – Consumo de carvão no período de 2002 a 2005

1.4.2 Sistema de Informação - DTP

Com gestão dos módulos de PM (Módulo de Manutenção) e PP (Módulo de Produção), foram desenvolvidas no DTP as seguintes atividades em 2005:

- Treinamento e implantação do Módulo PM na Usina de São Jerônimo, prevendo o cadastramento de dados mestres (Locais Instalação e Equipamentos), criação de Notas e Ordens de Manutenção Corretivas, preparação e implantação do Plano de Manutenção Preventiva;
- Treinamento e implantação do Módulo PM na NUTEPA, prevendo o cadastramento de dados mestres (Locais Instalação e Equipamentos) e criação de Notas e Ordens de Manutenção Corretivas;
- Treinamento e implantação do Módulo PM para Equipamentos de Informática na SEDE, prevendo o cadastramento de dados mestres (Locais Instalação e Equipamentos);
- Treinamento e implantação do Módulo PP, etapa SIOP (Sistema de Indicadores Operacionais) e Documentos Internos, SD (Solicitação de Desligamento) e SR (Solicitação de Restrição) nas Unidades Geradoras da CGTEE, prevendo cadastramento de dados mestres, criação e pesquisa de eventos, criação de documentos de desligamentos e restrições e pesquisa de documentos.

1.4.3 Usina Termelétrica Presidente Médici

A manutenção realizada no ano de 2004 nas caldeiras da Usina Termelétrica Presidente Médici reduziu significativamente as indisponibilidades dos grupos. As ações tomadas em relação à melhoria das condições da pulverização e do sistema de transporte de carvão pulverizado melhoraram a disponibilidade das unidades para o sistema. As ações propostas por consultoria na área de beneficiamento de minerais para a recomposição do sistema elevaram a disponibilidade das unidades 3 e 4 de 100 MW para 130 MW cada uma.

Também devido a intervenções localizadas, conseguimos reduzir a incidência de furos nas caldeiras e obtivemos uma regularidade operacional dos grupos confirmando a nossa capacidade de atender o sistema quando solicitado.

1.4.3.1 Revisão Especial 2004/2005

A revisão especial foi realizada de julho/04 a dezembro/04. No entanto, a unidade 4 acabou retornando à operação em Janeiro/05. Na unidade 3, os trabalhos foram executados dentro do prazo programado, porém, na unidade 4, a turbina apresentou falhas em palhetas que não estavam no escopo do trabalho. Isso demandou um esforço extra para realizar a manutenção necessária. A unidade 4 acabou retornando à operação em Janeiro/05. Esta revisão envolveu um valor aproximado de R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais).

No início de 2004, a UPME foi chamada e despachada com a sua capacidade possível e os gráficos da página 19 mostram que, nos meses de janeiro a junho de 2004, a geração da usina esteve alta. A partir de julho iniciou-se a preparação das unidades 3 e 4 para a revisão especial. Nos meses de janeiro a abril de 2004 a estiagem atingiu a geração hidráulica do setor elétrico nacional, e a geração térmica a carvão foi chamada a contribuir com a sua parcela. E assim o fez. Os gráficos n°. 4 e n°. 5 demonstram este resultado. As intervenções feitas durante o ano de 2003 deram a garantia de poder responder ao Sistema com a carga demandada. O mês de setembro foi o de geração mais baixa porque houve a superposição na parada das unidades da fase B, permanecendo em operação apenas as unidades da fase A. A recuperação do teto dos silos de carvão pulverizado e as sugestões dadas por consultoria da área de beneficiamento de minerais para a recomposição do sistema trouxeram uma melhora em todo o circuito de pulverização de carvão.

Em 2004 foram substituídos os purgadores, pois os mesmos já não existiam ou os que existiam não exerciam mais a sua função. Estes purgadores haviam sido instalados quando a Fase B foi construída, quando era necessária a recomposição do sistema automático de purga. Com isso, passamos a ter menos perda de água tratada do processo e de energia, pela diminuição dos vazamentos de vapor. Outra área problemática e que causava muitas indisponibilidades eram as esteiras transportadoras

das mesas dosadoras de carvão bruto. Foram feitas algumas adequações e hoje as indisponibilidades por quebra são bem menores.

Também foi realizado um trabalho de substituição de tubulações do banco do reaquecedor das unidades 3 e 4. A unidade 4 foi a que sofreu a maior intervenção com uma substituição maior de tubos. Esse trabalho não estava no escopo da revisão especial e foi executado no retorno da unidade 4 à operação. Após esse trabalho foi feito um teste hidrostático da área e a incidência de furos de tubos na região reduziu sensivelmente.

O resultado deste investimento está traduzido nos gráficos nº. 4 e nº. 5, onde aparecem os resultados das atuações feitas. Em 2004, apesar da indisponibilidade de 60 MW causada pela falta das palhetas do lado da baixa pressão das turbinas 3 e 4, a UPME correspondeu quando foi solicitada. Se observarmos o gráfico da disponibilidade, veremos que, com o retorno das unidades à operação, a disponibilidade das máquinas evoluiu até chegar à marca de 86% em outubro de 2005. Certamente, se as melhorias do sistema continuarem, conseguiremos números muito melhores. O reflexo da falta de manutenção nas unidades aparece claro a partir de agosto de 2000 com a queda do precipitador eletrostático da unidade 3 e a conseqüente queda na geração em 2001 e 2002. A partir de 2003, foram sendo retomadas, aos poucos, algumas ações que propiciaram a estabilidade dos números e, a partir de 2004, a curva de tendência da disponibilidade e da geração mostra a ascendência.

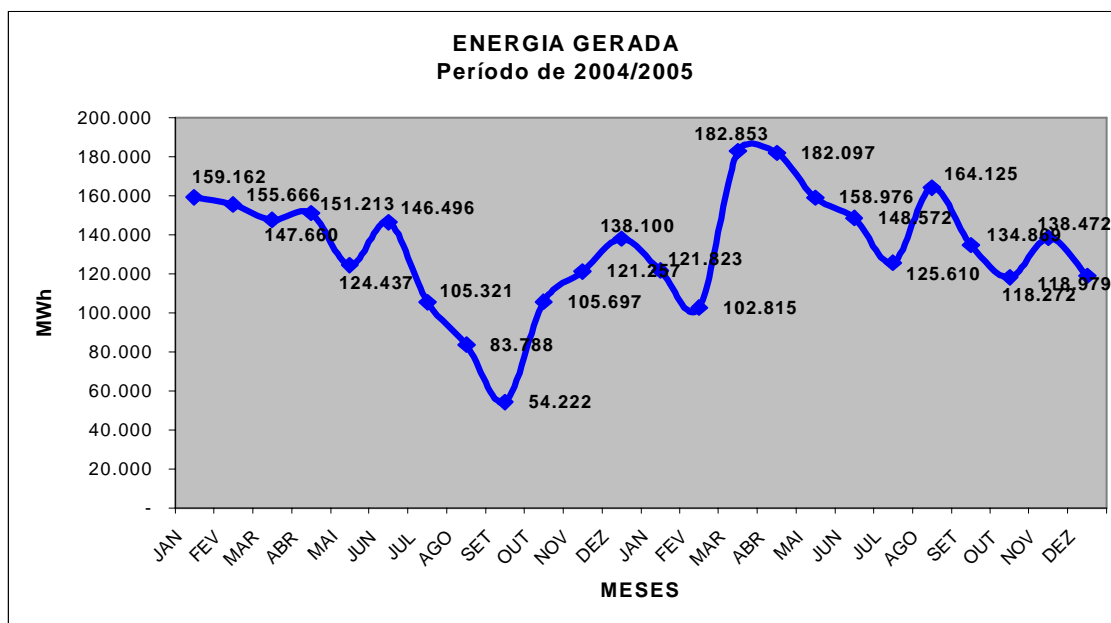


Gráfico 4 - Energia Gerada na UPME – Período 2004 a 2005

O gráfico nº. 4 apresenta a curva de tendência ascendente da média móvel tendo em vista que a disponibilidade dos grupos após a revisão especial melhorou, sendo que nos meses de junho e julho houve a maior disponibilidade, com o ano de 2005 fechando com 66%.

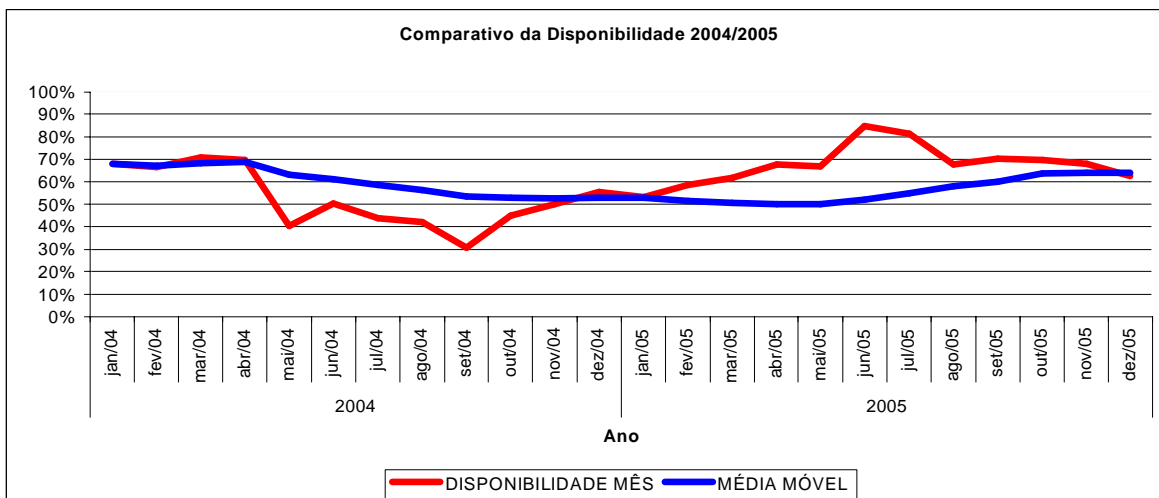


Gráfico 5 - Disponibilidade geral – comparativo 2004 – 2005

1.4.3.2 Melhorias Implementadas na Programação em 2005

Introdução de nova metodologia para a programação diária com os seguintes adven-
tos:

- Programação de atividades feita com antecedência de 24h, 48h e 72h, conforme grau de prioridade e cronologia;
- Sistematização destas informações em tempo real para todos os centros de trabalho envolvidos, via implementação do recurso “**WORKPLACE**”;
- Treinamento da equipe para utilização do software “MS-PROJECT”. Com este advento, todas as atividades de vulto que envolvem redução de carga passaram a ser gerenciadas com a utilização deste recurso;
- Com a implementação destas políticas de planejamento, houve uma redução de mais de 50% no número de “**OM's**”, a serem trabalhadas diariamente, otimizando nossas atividades e contribuindo significativamente para que tenhamos atingido as metas de produtividade hoje alcançadas.

Segmento de planejamento de revisões anuais com os seguintes advenços:

- Elaboração de cronogramas de acompanhamento das revisões anuais;
- Acompanhamento dos processos de aquisição de materiais relativos às revisões anuais;
- Coordenação das reuniões de acompanhamento do andamento das manutenções anuais;
- Acompanhamento da inspeção realizada na Turbina 01 pela Ansaldo;
- Planejamento da infra-estrutura para atender os itens de contrato, sob responsabilidade da CGTEE, para a contratada;
- Elaboração das curvas de mobilização e desmobilização da Revisão Anual;
- Planejamento da Revisão Anual da Unidade-01;
- Planejamento da Revisão Anual da Unidade-02;
- Planejamento da Parada de Fase da Fase "A";
- Emissão das Ordens de Manutenção Preventiva das Revisões Anuais e Parada de Fase.

Atividades Desenvolvidas no SAP em 2005:

- Foram criadas listas técnicas para 316 equipamentos;
- Foram cadastrados 110 novos locais de instalação;
- Foram modificados (melhorias) cadastros de 969 locais de instalação;
- Foram cadastrados 301 novos equipamentos;
- Foram modificados (melhorias) cadastros de 903 equipamentos;
- Foram criados 28 novos planos de manutenção contemplando 264 itens de manutenção (equipamentos);
- Foram modificados 77 Planos de Manutenção.

1.4.3.3 Sistema de Alimentação de Carvão

Ao longo do ano de 2005, a CGTEE realizou negociação junto à Empresa AllMineral da Alemanha, em parceria com a Empresa Küttner do Brasil Equipamentos Siderúrgicos

Ltda, detentora da tecnologia, visando a contratação para a instalação de seis jigsawes com capacidade de beneficiamento de 300 t/hora no próximo ano na mina de Candiota.

Foram concluídos os estudos, em conjunto com a CIENTEC – Fundação de Ciência e Tecnologia, da viabilidade técnica-econômica visando à instalação de um gaseificador de carvão em substituição ao fuel oil como combustível secundário. O estudo demonstrou a viabilidade técnica-econômica.

Também em 2005, a CGTEE iniciou estudo para reativação da terceira linha de pulverização nas unidades 1 e 2 da UPME garantindo flexibilidade operacional e disponibilidade de geração. A empresa está aguardando os resultados da consultoria contratada para então implementar as ações visando a efetiva reativação.

1.4.4 Usina Termelétrica de São Jerônimo – USJE

Durante o ano de 2005, a Unidade 2 da USJE ficou indisponível devido ao processo de recuperação do rotor (rebobinagem) do alternador. A execução destes serviços apresentou dificuldades técnicas devido, fundamentalmente, ao tempo de fabricação desta máquina.

A máquina três (10 MW) apresentou uma disponibilidade de 21,72% devido ao curto-circuito no estator, ocorrido no final do mês de março.

Desta forma, a USJE apresentou uma disponibilidade de apenas 30,22% ao longo do ano. Entretanto as perspectivas para 2006 são de recuperação dos índices históricos de alta disponibilidade.

O consumo específico de carvão na Usina de São Jerônimo entre os anos de 1995 e 2005 continua dentro da média histórica, com valor aproximado de 1,83 t/MWh.

1.4.4.1 Relação dos principais serviços executados na USJE

- Contratação de empresa para substituição do isolamento térmico das quatro caldeiras da DTPJ, concluído no mês de dezembro. As realizações destes serviços contemplaram a substituição de todo o isolamento térmico das caldeiras, substituindo o isolamento original (década de 50) a base de massa isolante por lã de rocha com revestimento em alumínio liso;
- Automação dos sistemas de controle dos condensadores dos três geradores;

- Instalação de medidores de faturamento nos grupos e fronteiras com o sistema de energia, atendendo às exigências da CCEE;
- Processo de recuperação do rotor do Turbogrupos dois (TG2);
- Recuperação da parede frontal da fornalha e sistema de acionamento de grelha da Caldeira Um. Com a execução desta manutenção preventiva, esta caldeira melhorou consideravelmente a sua confiabilidade, interrompendo a sistemática parada de caldeira por defeito no sistema de grelhas;
- Abertura para revisão geral da Turbina Dois. Este equipamento foi totalmente revisado, incluindo processo de jateamento e balanceamento;
- Retirada da parte superior da carcaça;
- Obra de impermeabilização da cobertura da sala dos silos de carvão, eliminando as constantes infiltrações da água da chuva que ocasionavam um grande transtorno operacional com a umidade do carvão;
- Foram inteiramente reformados e modernizados dois transformadores elevadores de 69/6,6 kV 6,25 MVA de São Jerônimo, dando possibilidade de devolver à NUTEPA o TR-2 que estava emprestado há três anos para a DTPJ.

1.4.4.2 Outras ações desenvolvidas na Usina de São Jerônimo

- A CGTEE, em parceria com a CIENTEC, está construindo uma caldeira de demonstração multicomcombustível em leito fluidizado, com capacidade de geração de 1 MW, sendo prevista a entrada em operação ainda em 2006;
- Foi concluído estudo técnico-econômico junto à CIENTEC, para avaliação e elaboração de projeto básico visando a transformação do sistema de queima em grelha de uma das caldeiras para sistema de queima em leito fluidizado. A Diretoria Técnica está analisando os resultados indicados no projeto da CIENTEC, inclusive com a participação de fabricante de caldeiras. Paralelamente a este projeto a Diretoria Técnica está avaliando outras alternativas visando a adequação da Usina aos padrões ambientais exigidos pela FEPAM.

1.4.5 Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre – NUTEPA (DTPP)

Em maio de 2005, foi assinado contrato para recuperação dos prédios, visando a segurança pessoal e patrimonial, e o atendimento das recomendações elencadas pela inspeção da ANEEL, realizada em 2003.

Esses trabalhos de recuperação foram planejados e preparados mantendo as condições originais do prédio, sem descaracterizar o estilo arquitetônico.

As atividades desenvolvidas tiveram seu início em maio de 2005 e têm previsão de conclusão em março de 2006, tendo até o dia 31 de dezembro de 2005 uma realização de 77,87%.

Os trabalhos desenvolvidos abrangem todos os prédios que constituem a DTPP, sendo que no prédio da Usina foram substituídos todos os rebocos externos, com a pintura externa atingido a totalidade do prédio. Quanto aos vidros, estão sendo recuperados os que se encontram em condições e substituídos os danificados. Na parte interna, as pinturas estão atingindo a totalidade das paredes. Os telhados da sala de Caldeiras e da sala dos Turbogeneradores foram substituídos, sendo retirados os de fibrocimento e colocados metálicos de liga de alumínio. Está em processo de finalização a instalação do sistema de exaustão natural através de equipamento de ventilação industrial sem partes móveis.

O Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica – SPDA, está sendo totalmente substituído, atendendo a NBR 5.419 da ABNT, às exigências do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre e à legislação vigente, conforme projeto enviado e aprovado pelo Corpo de Bombeiros de Porto Alegre.

As cercas perimetrais existentes foram substituídas por grades de concreto com altura de 2,6 m (dois metros e sessenta centímetros), tendo, ainda, a complementação de 0,6 m (sessenta centímetros) de cerca eletrônica com alarme. Na divisa da área industrial com a área social foram instaladas cercas limítrofes com 2,6 m (dois metros e sessenta centímetros).

Na área dos dois reservatórios de óleo combustível está sendo concretada toda a parte interna, impermeabilizando totalmente o solo, impedindo, em caso de acidentes com vazamento, a contaminação do sub-solo e do lençol freático.

Na área dos vestiários e refeitório, os prédios estão sendo recuperados e redistribuídos, a fim de atender às normas vigentes.

1.4.6 Oficina de São Leopoldo – DTML

No ano de 2005 foi dado início à reorganização física do almoxarifado, com o cadastramento de materiais no SAP.

Executou-se a manutenção geral nas máquinas operatrizes e equipamentos da oficina de São Leopoldo.

No final de novembro de 2005, foram contratados técnicos especializados para a execução das atividades da oficina que, considerando as boas condições das máquinas operatrizes, permitirão a otimização dos serviços em 2006.

1.5 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO

1.5.1 Projeto Fase C de Candiota II – 350 MW

A nova unidade geradora, à carvão mineral, com potência de 350 MW, está projetada para ser instalada junto à Usina Termelétrica Presidente Médici – Candiota II, constituindo-se na **Fase C** daquela usina e utilizando os equipamentos já fabricados e cedidos sem ônus pela União à CGTEE.

O empreendimento está incluído no Plano Plurianual (2004-2007) do Governo Federal.

A efetiva retomada de implantação do empreendimento estava vinculada à viabilização do financiamento necessário e também à possibilidade de comercialização da energia nos leilões de energia nova, segundo as regras previstas no Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro.

Visando preparar a oferta segura da energia do empreendimento nos referidos leilões, a CGTEE, juntamente com a controladora ELETROBRÁS, desenvolveu inúmeras ações no sentido de obter as licenças e autorizações relativas ao empreendimento.

Entre as ações desenvolvidas, destaca-se o Acordo de Diretrizes (Framework Agreement for Brazilian Candiota II Phase C Project) firmado pela CGTEE,

ELETROBRÁS, CITIC Group e China Development Bank, em 11 de novembro de 2004, na presença dos Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Popular da China, Hu Jintao, com o objetivo de estabelecer cooperação conjunta para a construção da Fase C da Candiota II, incluindo expressiva parcela do financiamento necessário. Este Acordo de Diretrizes desencadeou extensa programação de estudos técnicos e econômico-financeiros conjuntos entre as partes, os quais se encontram em pleno andamento.

O Acordo de Diretrizes decorreu de ações anteriores adotadas por autoridades governamentais brasileiras, iniciadas com a visita à República Popular da China pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seguindo-se da formalização do Memorando de Entendimentos entre o Ministério de Minas e Energia – MME e o Ministério do Comércio da República Popular da China, em 06 de setembro de 2004, objetivando a cooperação bilateral nos setores de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis, eletricidade e mineração, incluindo construção de obras de infra-estrutura nestes setores, e do “Memorandum of Understanding (MOU)”, firmado na mesma data, entre a ELETROBRÁS e o CITIC Group (estatal chinesa), com o propósito de desenvolver estudos conjuntos para viabilização e construção de projetos de geração e transmissão de energia elétrica, dentre os quais a Fase C da Usina Candiota II.

Durante o exercício 2005, quatro delegações chinesas estiveram no Brasil, e duas delegações brasileiras foram à China, para desenvolvimento do Projeto em conjunto.

As tratativas resultaram na assinatura do “Contract Agreement”, em 15 de dezembro de 2005, entre a CGTEE e o CITIC Construction Co. LTD para a construção da usina e sua entrega em operação comercial.

O referido Contrato está assim constituído:

- Contrato EPC: US\$ 330,936,557.00;
- Somas provisionais (impostos de importação, contingências, etc...): US\$ 96,924,840.00;
- Data mais tarde de início da obra: 01/julho/2006;
- Conclusão da Obra: até 31/12/2009.

Eficácia do Contrato: condicionada à aprovação dos órgãos controladores federais, obtenção da Licença ambiental de Instalação (LI) e assinatura do contrato de financiamento.

No dia 16 de dezembro de 2005, o empreendimento foi ofertado no Leilão promovido pela ANEEL, Edital Nº 002/2005, sagrando-se vencedor no produto 2010 – T15, com os seguintes parâmetros:

- Lotes comercializados: 292 MW médios;
- Receita Fixa: R\$ 331.250.624,00/ano, equivalentes a R\$ 129,50/MWh;
- Data de início da entrega do produto: 01/jan/2010;
- Prazo de fornecimento: 15 anos a partir de 01/janeiro/2010;
- Inflexibilidade operacional da usina: 60%;
- Custo variável para operação acima da inflexibilidade: R\$ 10,07/MWh.

O empreendimento terá como fonte de recursos para a construção, 10% de recursos próprios e 90% oriundos de financiamento a ser captado através da ELETROBRÁS. Há ainda a possibilidade de obter-se 100% do valor necessário a partir de financiamento.

A construção do empreendimento significará a retomada da utilização do carvão na produção de energia elétrica para atendimento do mercado brasileiro, duplicando o atual consumo deste combustível no estado, e gerando empregos e distribuição de renda à metade sul do estado do Rio Grande do Sul, região cuja economia está altamente deprimida.

Para a CGTEE, significará a ampliação de sua capacidade produtiva em cerca de 100%, tornando-a uma empresa consolidada como o “braço térmico” do Grupo ELETROBRÁS.

1.6 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

A CGTEE investe na produção de novas tecnologias industriais e ambientais, abrindo seu parque gerador de energia elétrica para a construção do conhecimento científico, que é fundamental para otimizar os sistemas produtivos e promover o desenvolvimento sustentável no nosso País. Este investimento é feito através de Projetos do Programa de P&D ANEEL e de Projetos Estratégicos.

Nossos projetos de P&D são executados por equipes de pesquisa, compostas por professores e bolsistas ligados às universidades e fundações públicas de pesquisa, sem fins lucrativos. Estes projetos são demandados pela CGTEE ou apresentados pelas instituições pesquisadoras, com o objetivo de desenvolver novas técnicas e processos tecno-

lógicos com maior eficiência produtiva, menor impacto ambiental associado à geração de energia elétrica a partir do carvão mineral, bem como novas abordagens de pesquisa aplicada aos diferentes sistemas existentes em nossas usinas termelétricas.

1.6.1 P&D ANEEL

Com a execução do 1º Ciclo iniciado em 2001, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D ANEEL) da CGTEE conta com 02 Ciclos concluídos e aprovados pela ANEEL / AGERGS (Ciclo 2000/2001 e Ciclo 2001/2002), 01 Ciclo concluído e em aprovação (Ciclo 2002/2003), 01 Ciclo com os projetos já aprovados pela ANEEL em andamento (Ciclo 2003/2004) e 01 Ciclo com os projetos em aprovação pela ANEEL (Ciclo 2004/2005).

Valores aplicados pela CGTEE em Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Leis nº 9.991 de 24/07/2000 e nº 10.848 de 15/03/2004

CICLO	P&D (R\$)	FNDCT* (R\$)	EPE** (R\$)
2000/2001	706.000,00	685.821,36	-
2001/2002	840.036,00	780.078,50	-
2002/2003	795.446,00	728.929,21	-
2003/2004	764.364,00	697.033,64	348.516,82
2004/2005	889.224,00	888.229,27	444.114,64

* Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Ministério de Ciência e Tecnologia)

** Empresa de Pesquisas Energéticas (Ministério de Minas e Energia)

1.6.2 Projetos de P&D Estratégicos

Jigagem a Seco 1ª Fase

- Instituição: UFRGS

Investimento: R\$ 244.200,00

Gaseificação do Carvão

- Instituição: CIENTEC

Investimento: R\$ 375.500,00

Caldeira Leito Fluidizado

- Instituição: CIENTEC

Investimento: R\$ 213.950,00

Micro Algas

- Instituição: FURG

Investimento: Participação

1.7 COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2005, os principais eventos relevantes na comercialização de energia foram os seguintes:

Aplicação do termo de ajuste ao contrato de suprimento de energia entre CGTEE e CEEE, com a interveniência da ANEEL, para cumprimento da desconstrução gradual de 10% ao ano nos montantes contratuais a partir de 2003, regularizando assim a questão financeira.

De acordo com a legislação vigente, houve a redução da participação da CGTEE no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) no mercado de curto prazo, tendo como consequência o aumento da compra de energia no mercado spot na CCEE ao preço de liquidação de diferenças - PLD e redução da compra no mercado na tarifa de otimização TEO devido à redução a 25% no MRE da sua energia assegurada do contrato inicial.

No primeiro leilão de energia existente ocorrido em dezembro/2004, a CGTEE não obteve sucesso na comercialização de sua energia por um problema no sistema computacional. Isto impõe à Companhia uma priorização da comercialização em 2006 e em 2007 dos montantes ofertados naquele Leilão, visto que, com a publicação da Portaria 303/04 de dezembro/2004 que regula o lastro físico partir de 2008 e com a avaliação das disponibilidades, as novas regras de mercado e as questões dos custos marginais de operação mantiveram os montantes vigentes sob contratos em 2005.

Em 2005, o Conselho da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE aprovou por unanimidade o cancelamento das penalidades aplicadas à CGTEE em 2004.

A empresa participou do 2º Leilão de compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes realizado em 02/04/2005. A Companhia vendeu 104 MW ao preço de R\$ 83,50/MWh, fechando 34 contratos no ambiente regulado com agentes distribuidores com duração de oito anos com entrega do produto a partir de 01/01/2008.

A CGTEE participou do 4º Leilão de compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes realizado em 11/10/2005. Vendeu 35 MW ao preço de R\$ 91,80 MWh, fechando 17 contratos no ambiente regulado com agentes distribuidores com duração de oito anos com entrega do produto a partir de 01/01/2009.

Em 2005 houve geração de energia excedente na CGTEE, mais especificamente nas suas unidades de Candiota, para suprimento de energia termoelétrica para exportação de energia ao Uruguai. O volume de energia exportada em 2005 foi de 66.802,025 MWh gerando uma receita financeira para a CGTEE de R\$ 5.901.717,06 (cinco milhões, novecentos e um mil, setecentos e dezessete reais e seis centavos), com o registro de treze contratos bilaterais de curto prazo na CCEE.

A Companhia participou do 1º Leilão de compra de energia proveniente de novos empreendimentos no dia 16/12/2005, vendendo 292 MW médios do total de sua garantia física, a ser entregue a partir de 01 de janeiro de 2010 em contratos com duração de 15 anos e na forma de contratos no ambiente regulado de disponibilidade, ao preço de R\$ 129,50/MWh, com 31 agentes distribuidores participantes do leilão.

Com a publicação da Resolução Autorizativa nº 379, de 19 de dezembro de 2005, que autoriza a Comercializadora TRADENER Ltda a exportar 72 MW energia elétrica em caráter excepcional, temporário e interruptível mediante intercâmbio elétrico entre o Brasil e o Uruguai, pela Estação Conversora de Freqüência de Riveira, a CGTEE deverá firmar o acordo de ressarcimento de custos de suprimento de energia para exportação em 2006, comercializando, assim, parte de suas sobras de energia na exportação.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Os orçamentos de custeio e de investimento para o ano de 2005 foram aprovados, respectivamente, pelo Decreto n.º 5.291 de 30 de novembro de 2004, e pela Lei n.º 11.100 de 25 de janeiro de 2005, revisados pelo Decreto nº. 5.501, de 29 de julho de

2005, e pela Lei nº. 11.231, de 22 de dezembro de 2005. Os desembolsos da CGTEE ficaram rigorosamente dentro dos tetos orçamentários aprovados.

3. GESTÃO FINANCEIRA

O Patrimônio Líquido da CGTEE, ao final do exercício de 2005, atingiu o montante de R\$ 711,5 milhões, enquanto que em 2004 havia sido apurado um valor de R\$ 687,1 milhões, conforme ilustra o gráfico a seguir:

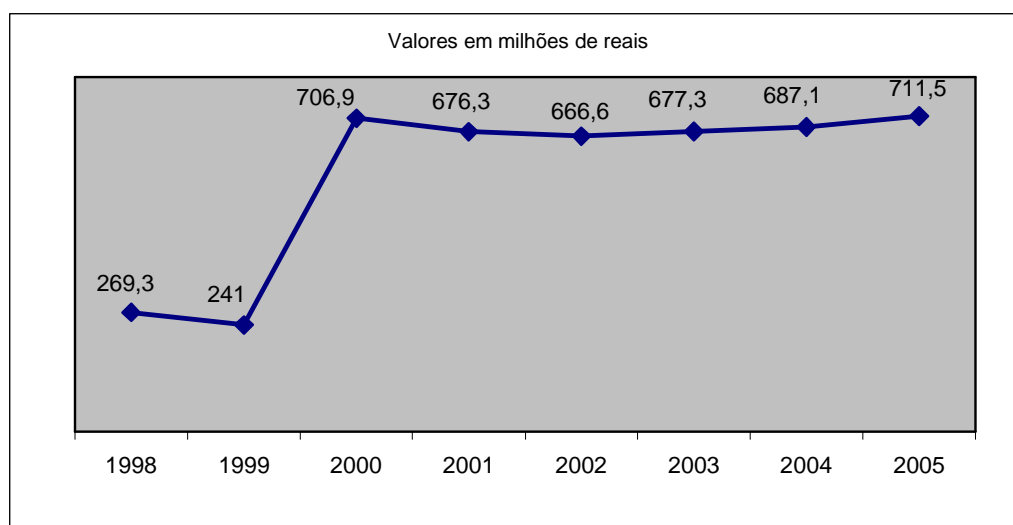


Gráfico 6 - Evolução do Patrimônio Líquido – Período 1998 – 2005

Pela terceira vez consecutiva, desde a constituição da Companhia, foi registrado lucro no exercício na ordem de R\$ 24,40 milhões.

O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos pela CGTEE nos últimos exercícios.

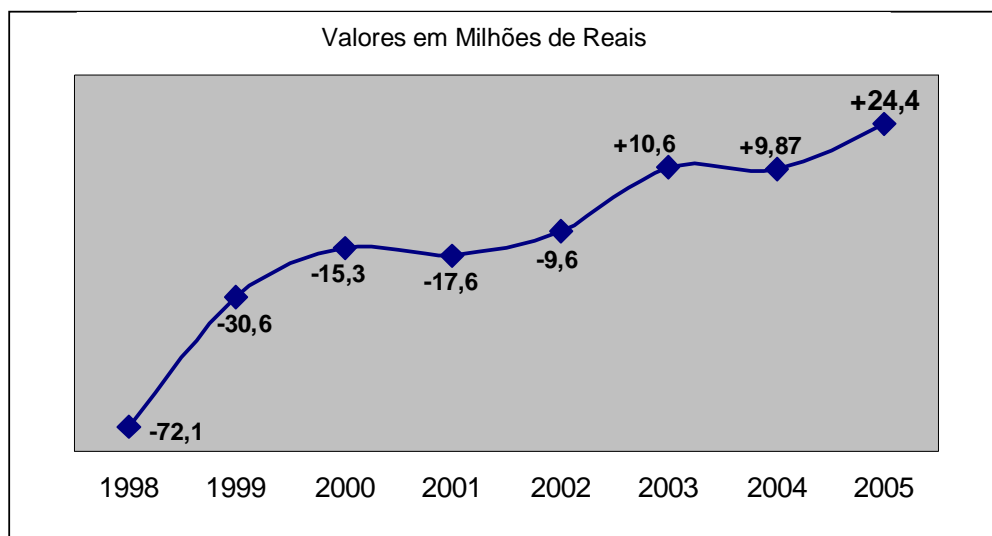


Gráfico 7 - Evolução do resultado – Período 1998 - 2005

A obtenção deste lucro se reveste de grande importância para a Companhia, pois aconteceu em um cenário de complexidade e dificuldade para a gestão financeira, uma vez que, em 2005, ocorreu a descontratação em 30% da energia em relação a 2002. Neste contexto, o lucro da Companhia foi obtido, basicamente, pelas seguintes razões:

- Gerenciamento das despesas de custeio;
- Redução dos valores dos equipamentos segurados;
- Repercussão em 2005 da revisão da portaria 815 da ANEEL;
- Reembolso integral do combustível utilizado para produção de energia, através da CCC – Conta Consumo de Combustíveis Fósseis e CDE – Conta de Desenvolvimento Energético;
- Exportação de energia para a Argentina e Uruguai;
- Receita financeira.

Os contratos de suprimento firmados pela CGTEE com a AES-Sul e com a RGE tiveram as tarifas de energia e demanda reajustadas pela Resolução 89 da ANEEL a partir de 19 de abril de 2005. Da mesma forma, o contrato mantido com a CEEE foi reajustado pela Resolução 231 da ANEEL a partir de 25 de outubro de 2005. Estes contratos estabelecem a descontratação em percentual de 10% ao ano, a partir de 2003.

Os ativos financeiros de curto prazo, no final de 2005, equivalem a 7,29 vezes os compromissos de mesma natureza, o que demonstra a excelente liquidez financeira da Companhia.

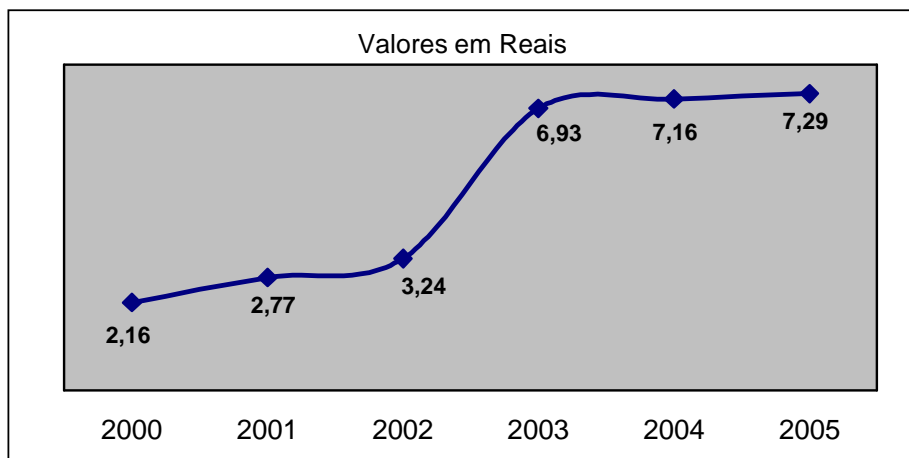


Gráfico 8 - Evolução do Índice de Liquidez Corrente – Período 2000 - 2005

A capacidade de geração interna de recursos decorrente das atividades operacionais da Companhia, que é exclusivamente a produção de energia elétrica a partir da termelétricidade medida através do EBITDA (Earning Before Income Tax, Depreciation and Amortization), atingiu R\$ 103,09 milhões no exercício de 2005.

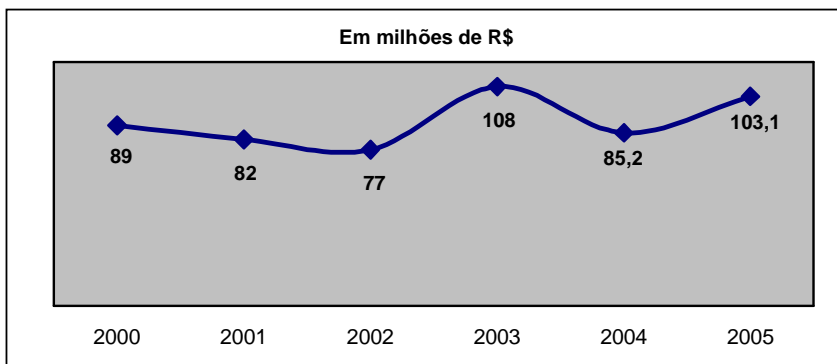


Gráfico 9 - Evolução do EBITDA – Período 2000 - 2005

4. GESTÃO PATRIMONIAL

4.1 APÓLICE DE SEGUROS

Em 2005, continuamos priorizando a redução da apólice de seguro das Unidades da CGTEE. Contratamos consultoria especializada para elaborar Relatório de Risco após os ajustes técnicos e de segurança implantados nas paradas de manutenção.

Foi criado, também, um grupo de trabalho de gerenciamento de risco da CGTEE com a finalidade de propor um plano de ação capaz de atender as recomendações do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, bem como propor ações que visem maior economicidade no desembolso com apólices de seguros.

Realizamos nova licitação para Usina Presidente Médici e o seguro foi contratado apresentando uma redução de R\$ 2.675.000,00 (dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil reais) em relação ao ano anterior.

4.2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Em 2005, foi apresentado à Diretoria Executiva, para aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração, o relatório contendo as situações, diretrizes e políticas para comercialização dos imóveis da CGTEE.

A regularização fundiária das unidades construídas para fins habitacionais, institucionais e comerciais teve prosseguimento com a realização do levantamento sócio-econômico dos moradores das Vilas: Princesa Isabel, em São Jerônimo, e Vila Operária, Residencial e Stafutti, em Candiota.

A seguir destacamos as principais realizações de acordo com as peculiaridades de cada Unidade:

4.2.1 São Jerônimo

Continuidade das negociações junto à FEPAM, para liberação das obras para implantação da rede e estações de tratamento do esgoto cloacal da Vila Residencial.

Protocolado, junto a Prefeitura Municipal, a aprovação dos projetos urbanísticos e arquitetônicos referentes à Vila Residencial.

Formado grupo de trabalho entre os empregados da CGTEE e CEEE, visando a solução de problemas pendentes desde a criação da CGTEE, tais como a área de postes e a subestação elevadora.

4.2.2 Candiota

4.2.2.1 Vila Operária

Montagem de Expedientes Internos de cada imóvel visando a avaliação da Caixa Econômica Federal para futura comercialização.

Em fase de conclusão negociação junto à Câmara de Vereadores para comercialização de área ocupada pela mesma.

4.2.2.2 Vila Residencial e Stafutti

Iniciadas tratativas junto à Rede Ferroviária Federal visando a regularização da área ocupada pela CGTEE no município.

4.2.2.3 Outras Realizações

Além da Regularização Fundiária também estão em andamento:

- Aquisição do terreno para construção de sede própria através de permuta com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- Centro de Qualificação Profissional / Candiota;

- Conclusão do projeto básico de reforma do prédio, que deverá ter utilização partilhada em uma primeira etapa enquanto centro de formação e escritório para construção da fase C;
- Aeroporto / Candiota;
- Execução de projeto arquitetônico visando melhorias no prédio do aeroporto para apoio estratégico das obras de implantação da Fase C da usina Presidente Médici.

5. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

5.1 GESTÃO AMBIENTAL

Durante o ano de 2005 foram realizados diversos projetos e atividades na área ambiental, conforme descrito a seguir.

5.1.1 Projeto Microalgas

Na esteira das transformações encontram-se aquelas que, visam gradativamente, substituir os combustíveis fósseis por novas fontes de energia capazes de suprir as necessidades atuais, mas que apresentem um impacto ambiental menor. Enquanto as previsões mais otimistas prevêem que as reservas atuais de petróleo não durem mais que 100 anos, o estoque de carvão é estimado em 300 anos. No entanto, a viabilidade ambiental da utilização do carvão está vinculada à redução das emissões gasosas ambientais originadas de sua queima, em especial do CO₂, uma vez que para SO_x, NO_x e particulados existem soluções técnicas disponíveis, as quais a empresa vem trabalhando e pretende em breve implantar. Com a concordância da Rússia em assinar o Protocolo de Quioto, no final do ano de 2004, a preocupação com a redução da emissão de CO₂, objetivando a obtenção de uma energia mais limpa e/ou a fixação deste carbono produzido, ganhará um grande destaque e soluções terão que ser encontradas para o problema.

Mundialmente, poucas alternativas viáveis têm sido apresentadas para a eliminação ou redução da emissão de CO₂ por parte de termoelétricas, passando pela injeção deste

gás a grandes profundidades ou no mar, ou, ainda, restringindo-se a compensar a emissão com uma fixação “extra situ”.

A fixação biológica do gás carbônico de gases de exaustão é um mecanismo possível e as microalgas são os agentes para tal fixação. Apesar de seu tamanho dificilmente ultrapassar 200µm, as microalgas são responsáveis pela absorção de grande parte do CO₂ presente na atmosfera, sendo as maiores responsáveis pela redução do “Efeito Estufa”.

As microalgas, ao utilizarem o CO₂, se multiplicam e produzem uma série de componentes, incluindo ácidos graxos e proteínas, que podem ser extraídos. Os ácidos graxos podem ser transformados em biocombustíveis, como o biodiesel, e a biomassa protéica, que pode ser utilizada para alimentação, ração animal, fertilizante ou para a produção de energia.

A CGTEE possui 2 unidades de produção que utilizam a queima de carvão para a geração de energia. Estas unidades (Candiota e São Jerônimo), possuem capacidades de geração de 446 e 20 MWh, respectivamente. As estimativas de CO₂ emitido pela CGTEE nas Usinas de Candiota e São Jerônimo, no período de 1998 a 2002, utilizando-se a metodologia aprovada pelo IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), chegam em média a 2.334.000t/ano, o que equivale a uma emissão específica da ordem de 1,47t de CO₂/MWh.

Estudos indicam que 1t de CO₂ pode levar à formação de 0,5t de microalgas. Assim, a produção real média de gases na Usina de Candiota pode gerar cerca de 97.000t de microalgas/mês, podendo resultar na produção de 24.000T/mês de biocombustíveis e 73.000t/mês de biomassa protéica.

Nesse sentido, a CGTEE, através da Resolução nº 005 de 06/01/2005, aprovou a realização do Convênio nº ECV – 053/2005 – “Estudo Preliminar de Viabilidade Técnica da Utilização de Microalgas para a Redução da Emissão de Gás Carbônico Proveniente da Geração Termelétrica”, estabelecido entre ELETROBRÁS, CGTEE, FAURG e FURG, assinado em 31 de janeiro de 2005.

O aquecimento global induzido pelo aumento da concentração de gases na atmosfera tem sido alvo de importante preocupação ambiental. A redução do aquecimento global pode ser efetuada por três métodos conceitualmente diferentes:

- Redução no uso de combustíveis fósseis;

- Remoção do CO₂ da atmosfera;
- Captura e seqüestro ou utilização do CO₂ emitido durante a combustão de combustíveis fósseis antes de sua entrada na atmosfera.

Dentre estes métodos, a CGTEE, amparada pela diretriz estratégica de desenvolver tecnologias capazes de sustentar o uso do carvão mineral como fonte de energia, pode aprofundar e desenvolver a possibilidade de que os microrganismos fotossintéticos, em especial as microalgas, sejam usados na remoção, captura, seqüestro e utilização do CO₂.

Resultados iniciais apontam para a viabilidade técnica deste mecanismo, uma vez que as espécies cultivadas apresentam alta eficiência de biofixação de CO₂, tendo, inclusive, a pesquisa utilizado o gás sintético semelhante aos gases provenientes das emissões de Candiota. Para o ano de 2006, a CGTEE está preparando a segunda etapa, onde o objetivo será analisar o comportamento das algas com a utilização do gás diretamente da chaminé.

Como resultado do sucesso desta iniciativa, a CGTEE recebeu o convite do IEA GREENHOUSE GÁS R&D PROGRAMME para participação na “Rede Internacional sobre Biofixação de CO₂ e Diminuição do Efeito Estufa através de Microalgas”, uma rede internacional promovida pelo Departamento de Energia dos EUA e pela empresa italiana ENI. Estas instituições são duas referências mundiais em programas de pesquisas relacionadas à produção de energia com o uso de combustíveis fósseis. A referida rede surgiu com a proposta central de criação de um fórum envolvendo indústrias e instituições governamentais que possuem trabalhos referentes ao uso de microalgas para a diminuição da emissão de gases causadores do aquecimento global, proporcionando, assim, a troca de informações e experiências já acumuladas. Sendo assim, foi aprovado através da resolução RES-326/2005, a participação da empresa na referida rede possibilitando que a Companhia, em conjunto com outros centros pesquisadores de excelência nesta área promissora, possa buscar um avanço ainda maior na proposta de criar mecanismos que não só viabilizem ambientalmente a produção termelétrica, como também tragam retornos financeiros significativos nos processos envolvendo redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. Para isso, pode-se ampliar este projeto como um plano piloto, não só para a CGTEE, mas para o conjunto de empreendimentos que compõem a cadeia do carvão e, conseqüentemente, para a população brasileira.

5.1.2 Comitê de Bacias

Na tentativa de aumentar a participação da empresa junto a um dos instrumentos mais importantes de gerenciamento de recursos hídricos, a CGTEE passou a integrar o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí através da Usina de São Jerônimo. Esta participação pioneira significa o início de um caminho no qual a empresa passará a interagir ainda mais com os instrumentos de controle social desenvolvidos pela sociedade brasileira e, neste caso, um dos instrumentos que buscam reger o consumo de água, um dos insumos para os nossos parques produtivos.

5.1.3 Ecoparque Porto Alegre

Após a conclusão dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a implantação do Ecoparque Porto Alegre, a CGTEE, em reunião realizada em outubro de 2005 com o Prefeito Municipal de Porto Alegre, encaminhou a proposta de realização de uma 2ª etapa dos estudos visando propor, desta vez, um acordo institucional viável para a composição dos parceiros na implantação do projeto, uma vez que esta etapa não estava contemplada no estudo anterior. Desta forma, a CGTEE aguarda a análise da proposta por parte da Prefeitura, devendo, então, recomeçar as atividades assim que houver a manifestação do poder público municipal.

5.1.4 Adequação Ambiental da UPME - Fases A e B

Adequar as unidades da Fase A e B da UPME aos padrões de emissões atmosféricas determinados pelo órgão licenciador ambiental (IBAMA) através da LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO nº 057/99, emitida em 22 de novembro de 1999 e em processo de renovação. O projeto está em andamento, com previsão de conclusão para 2008.

5.1.5 Licenciamentos

5.1.5.1 UTE Presidente Médici (Candiota II)

A CGTEE, durante o ano de 2005 conduziu junto ao IBAMA o processo de renovação das licenças ambientais. Nos dias 05 e 06 de maio de 2005, houve a realização de visita técnica da equipe de Licenciamento do IBAMA ao complexo Candiota visando o licenciamento de Candiota III (Fase C), onde foram constatadas desconformidades em alguns processos de controle ambiental, bem como de funcionamento de equipamentos de monitoramento. Como resultado destas apurações a empresa recebeu três autuações versando sobre desconformidades na Usina, assim como no cadastro desta empresa junto ao IBAMA.

Em relação a estas autuações, o conjunto perfaz um total de R\$ 6.009.000,00 (seis milhões e nove mil reais), sendo que duas delas relacionavam-se a aspectos técnicos e a terceira autuação versava sobre a não atualização do cadastro da empresa.

Em julho de 2005 a CGTEE dentro do prazo legal protocolou junto ao IBAMA os recursos de defesa referente às autuações recebidas. Em relação aos recursos administrativos ingressados junto ao IBAMA, a CGTEE está no aguardo de um posicionamento do órgão licenciador.

Paralelamente a este fato, a CGTEE encaminhou uma proposta de termo de compromisso a ser firmado entre as duas instituições com o objetivo de realizar, com prazos pré-determinados, um conjunto de projetos que visam adequar ambientalmente a planta existente, entre eles:

- Projeto de Redução de Emissões Atmosféricas;
- Projeto de Adequação do Sistema de Cinzas das Fases “A” e “B”;
- Projeto de Recirculação de Efluentes;
- Projeto de melhoria das vias de acesso às Bacias de Sedimentação;
- Estudo de Viabilidade da Fase “A” contemplando proposta de adequação ambiental;
- Apresentação e revisão de programas de monitoramento no meio biótico e no meio físico;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Revisão do Programa de Monitoramento e Controle da Qualidade do Ar;

- Revisão do Programa de Monitoramento das Emissões Atmosféricas;
- Programa de Monitoramento das Emissões de Ruídos;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Acompanhamento da Situação de Comprometimento da Saúde da População na área de influência do empreendimento.

5.1.5.2 Fase C da UTE Presidente Médici

Dando continuidade ao processo de habilitação da CGTEE para participação do leilão de energia nova, realizado em dezembro último, a Companhia questionou junto à ANA – Agência Nacional de Águas, a emissão de uma nova outorga preventiva para o uso da água em Candiota. Esta foi obtida e publicada no Diário Oficial da União em 08/08/2005, concedendo à CGTEE o direito de uso da água para o empreendimento Fase C, devendo, posteriormente, solicitar a outorga definitiva.

Da mesma forma, a empresa solicitou ao IBAMA resposta quanto ao pedido de Licença de Instalação protocolado ao órgão em 11/02/2002, sendo informado que o mesmo encontrava-se sobre análise e, neste caso, considerava-se ainda em vigência a Licença Prévia obtida para a Fase C. Posteriormente, o IBAMA solicitou complementações ao PBA – Plano Básico Ambiental da obra Fase C. Em dezembro de 2005, a empresa encaminhou as documentações com todos os dados solicitados pelo IBAMA, já considerando a nova perspectiva da construção da usina dentro do cenário envolvendo o acordo Brasil – China e a parceria para a implantação do empreendimento com a concepção da planta conforme modelo concebido pelos chineses.

5.1.5.3 UTE São Jerônimo

Em relação à Usina de São Jerônimo, a CGTEE monitorou, durante o ano de 2005, o avanço das alterações realizadas junto à área de recuperação da disposição de cinzas e da entrada em operação das bacias de sedimentação com sistema de reciclo, possibili-

tando que a DTPJ tenha emissão zero com relação à questão de resíduos líquidos industriais.

Ainda em 2005, a CGTEE realizou junto à Usina de São Jerônimo as seguintes atividades:

- Início da montagem para implantação de uma caldeira de demonstração multi-combustível, em leito fluidizado, com capacidade de geração de 1MW em parceria com CIENTEC;
- Conclusão do estudo técnico e econômico, junto à CIENTEC, para avaliação e elaboração de projeto básico visando a transformação do sistema de queima de uma das caldeiras de grelha para leito fluidizado. Como resultado, o estudo apontou para a viabilidade técnica de adequação das caldeiras 01 e 02 da Usina de São Jerônimo;
- Contratação de empresa para realização dos estudos de impacto ambiental na área da vila Princesa Isabel. Este estudo apontará se a área da CGTEE ocupada por famílias ao longo dos anos, apresenta contaminação pela deposição neste local das cinzas do processo de geração de energia da Usina;
- Foi assinado junto ao Ministério Público Estadual um Termo de Compromisso no qual a CGTEE se compromete a reduzir suas emissões atmosféricas e apresentar periodicamente ao Ministério Público relatórios provenientes do monitoramento ambiental realizados junto à Usina.

Cabe salientar que, ao final de 2005, encerrou-se o prazo para efetivação do Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 1996 entre a então proprietária da Usina de São Jerônimo, CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica, Empresas com empreendimentos termelétricos na região, FEPAM, Ministério Público Estadual e Federal. Deste termo resultou uma série de compromissos relacionados com a redução das emissões tendo como evento limitador do prazo a serem executadas as alterações o fato da entrada em operação da Usina Jacuí I, localizada na região, mais precisamente no município de Charqueadas.

Entretanto, face à complexidade tecnológica para obterem-se resultados eficientes, uma vez que a concepção do projeto é bastante antiga, a CGTEE desenvolveu, conforme informado anteriormente, estudos visando apresentar uma solução técnica e

economicamente viável. Estes estudos apontam para uma série de projetos e instalações que deverão ser implementados e que, em virtude da complexidade, ainda não foram inicializados. A CGTEE solicitou ao judiciário a prorrogação do prazo para execução do termo até a entrada em operação da Jacuí I, ou seja, no ano de 2009. Neste momento, a empresa aguarda manifestações para iniciar os procedimentos propostos.

5.2 VALOR ADICIONADO

As informações relativas ao valor adicionado da Companhia são integrantes das Demonstrações Contábeis, através da “Demonstração do Valor Adicionado”, conforme estabelecido na NBC T 15 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovada pela resolução CFC nº. 1.003/2004. A tabela a seguir apresenta os percentuais de distribuição do valor adicionado em 2005 em relação ao ano de 2004.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
2005		2004	
Governo	35,27%	Governo	38,34%
Colaboradores	41,23%	Colaboradores	47,78%
Terceiros	1,06%	Terceiros	1,79%
Retido	22,44%	Retido	12,09%

5.3 GESTÃO DE PESSOAL

Em 2005, foram desenvolvidas ações visando consolidar uma política de gestão de pessoas que possa preparar a CGTEE para enfrentar estes novos e importantes desafios:

- Contratação de cinquenta e nove novos empregados do Concurso Público realizado em 2003, totalizando cento e trinta e duas admissões até o final de 2005;
- Prorrogação do concurso público por mais dois anos;
- Iniciados os estudos do novo quali-quantitativo visando o preenchimento de cargos não contemplados pelo primeiro concurso e, principalmente, para

identificação e futura substituição dos terceirizados em atividades fins da Companhia.

5.3.1 Normatização e revisão de normas existentes, entre outras:

- Adicional de Transferência Temporária, que visa estabelecer regras para as transferências temporárias por necessidade de serviço, implantado o estatuto da transferência temporária e instituídos o pagamento do adicional de transferência temporária;
- Norma de Sindicância;
- Código de Conduta;
- Consolidação do trabalho de geração de folha de pagamento na própria empresa, através do Software de Gestão SAP R/3;
- Melhoria da comunicação com os empregados através de Boletim Informativo “INFORMATIVO-DAH”. Este instrumento possibilita a democratização do acesso às informações, bem como possibilita a compreensão das principais rubricas do contra-cheque;
- Adequação de rotinas às exigências legais, tais como início da alimentação do sistema do TCU e maior controle da entrega da Declaração de Imposto de Renda do quadro de funções de confiança, bem como rotinas internas como a atualização de fichas funcionais;
- Dando cumprimento ao que estabelece o PCES – Plano de Cargos, Empregos e Salários, foram promovidos por antiguidade 207 empregados admitidos até 11 de julho de 1985.

Além disso, foram realinhados os salários de 107 empregados admitidos entre maio de 2004 e 31 de outubro de 2005, visando corrigir distorções em relação ao mercado de trabalho.

A Companhia está figurando como reclamada em 2.318 (duas mil, trezentos e dezoito) reclamatórias trabalhistas, das quais 255 são de empregados sub-rogados desligados da CEEE, sendo que há casos em que o mesmo empregado figura em mais de uma reclamatória.

No ano de 2005, foram ajuizadas 40 reclamatórias trabalhistas contra a entidade.

O número total das ações diminuiu, uma vez que a tese da CGTEE, amparada na súmula 22, de 29/11/2002, obedece a decisão de que “os créditos dos empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica que não tiveram seus contratos de trabalho transferidos ou sub-rogados às empresas criadas a partir do processo de privatização são de responsabilidade exclusiva da CEEE”.

O quadro abaixo mostra o índice de desempenho da CGTEE em acórdãos do TRT em 2005.

MÊS	ACÓRDÃOS PUBLICADOS	EXCLUSÃO CGTEE	CUSTO CGTEE	VITÓRIA (%)
JANEIRO	12	11	01	92
FEVERERO	03	01	02	33
MARÇO	03	03	0	100
ABRIL	08	07	01	88
MAIO	19	14	05	74
JUNHO	12	10	02	83
JULHO	13	10	03	77
AGOSTO	08	06	02	75
SETEMBRO	12	10	2	83
OUTUBRO	11	8	3	73
NOVEMBRO	6	2	4	33
DEZEMBRO	5	4	1	80
TOTAL	112	86	26	77%

Assim, concluímos que, do total das ações em que a CGTEE faz parte no pólo passivo da relação jurídica trabalhista, a perspectiva é positiva no sentido de que a possibilidade de vir a ocorrer desembolso financeiro para pagamento do passivo trabalhista, reste ao final num patamar aceitável dentro da rotina empresarial. Como se observa do total de acórdãos publicados no período analisado, temos 76,79% de aproveitamento positivo. Isso significa dizer que, dos 112 acórdãos publicados no período indicado, somente 26 processos acarretarão custos à CGTEE, ou seja, 23,21%. E em relação ao total de 2.318 reclusões, significa 4,83% já julgados.

O valor total das indenizações e multas pagas por determinação da justiça no ano de 2005, a título de liquidação de processos trabalhistas, foi de R\$ 204.729,49 (Duzentos e quatro mil setecentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos).

5.4 BALANÇO SOCIAL

(Valores expressos em milhares de reais)

<i>Recursos Humanos</i>						
Remuneração	2005			2004		
Remuneração Bruta (RM)	29.009			25.343		
- Empregados	28.207			24.625		
- Administradores	802			718		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	27			14		
- Administradores	-			-		
Benefícios Concedidos	2005			2004		
	Valor (mil)	% sobre RM	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RM	% sobre RL
Encargos Sociais	11.636	40,1%	4,3%	9.365	37,0%	3,5%
Alimentação	2.697	9,3%	1,0%	1.929	7,6%	0,7%
Transporte	870	3,0%	0,3%	760	3,0%	0,3%
Previdência privada	4.644	16,0%	1,7%	2.587	10,2%	1,0%
Saúde	876	3,0%	0,3%	843	3,3%	0,3%
Segurança e medicina do trabalho	2.261	7,8%	0,8%	510	2,0%	0,2%
Educação	40	0,1%	0,0%	633	2,5%	0,2%
Cultura	45	0,2%	0,0%	31	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	751	2,6%	0,3%	363	1,4%	0,1%
Creches ou auxílio creche	130	0,4%	0,0%	116	0,5%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	3.078	10,6%	1,1%	3.079	12,1%	1,2%
Total	27.028	93,2%	10,1%	20.216	79,8%	7,6%
Composição do Corpo Funcional	2005			2004		
Nº de empregados no final do exercício	543			515		
Nº de admissões	61			71		
Nº de demissões	31			29		
Nº de estagiários no final do exercício	88			80		

Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	1	1
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	164	126
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	454	432
- Feminino	93	85
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	-	-
- De 18 a 35 anos	91	71
- De 36 a 60 anos	466	454
- Acima de 60 anos	6	6
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	1	1
- Com ensino fundamental	197	199
- Com ensino médio	133	122
- Com ensino técnico	95	85
- Com ensino superior	137	124
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	82,0%	88,0%
- Feminino	18,0%	12,0%
Contingências e passivos trabalhistas	2005	2004
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	40	41
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	26	47
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	86	229
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	205	343

Interação da Entidade com o Ambiente Externo	2005			2004		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Relacionamento com a comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	68	0,2%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Cultura	110	0,4%	0,0%	37	0,3%	0,0%
Esporte e lazer	202	0,6%	0,1%	-	0,0%	0,0%
Outros (Trabalho e geração de renda)	154	0,5%	0,1%	34	0,2%	0,0%
Total das contribuições para a comunidade	535	1,7%	0,2%	71	0,5%	0,0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	25.775	82,3%	9,6%	17.697	125,1%	6,6%
Total - Relacionamento com a comunidade	26.309	84,0%	9,8%	17.768	125,6%	6,6%
Interação com o Meio Ambiente	2005			2004		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	1.526	4,9%	0,6%	2.193	15,5%	0,8%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	9	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	1.526	4,9%	0,6%	2.193	15,5%	0,8%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		

Informações relevantes quanto	2005	2004
-------------------------------	------	------

ao exercício da cidadania empresarial						
Número total de acidentes de trabalho	22			55		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva
Outras informações	2005			2004		
Receita Líquida (RL)	267.878			267.413		
Resultado Operacional (RO)	31.313			14.143		

5.5 GESTÃO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A entrada em vigor do novo organograma consolidou a política de segurança e saúde ocupacional da Companhia com a implantação das novas estruturas na área de prevenção, como o Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho vinculado à Diretoria Administrativa. Cabe destacar as seguintes ações desenvolvidas em 2005:

- Inclusão, no Planejamento Estratégico da CGTEE, de planejamento para os próximos dois anos do Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho, onde destacamos:

- Elaboração do Programa de Saúde Ocupacional: Prevenção PAIR – Perda Auditiva Induzida pelo Ruído, DORT – Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho e Prevenção Silicose/DBPOC;
- Elaboração do Programa de Saúde Integral: HAS/Hipertensão Arterial Sistêmica e Cardiopatias, Redução da Obesidade e Sobrepeso e, Diabete Melito;
- Elaboração do Programa de Saúde Mental: Stress no Trabalho e inter-relacionamento Pessoal;
- Elaboração do Programa de Assistência Social: Alcoolismo e Problemas Familiares;
- Desenvolvimento dos Programas de Treinamentos de Segurança, Saúde e Medicina do Trabalho.

5.5.1 Início do processo de Certificação em Segurança e Medicina do Trabalho

- Estruturação do Setor de Segurança e Medicina do Trabalho – Candiota, tanto com a contratação de profissionais concursados como com a ampliação do espaço físico;
- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva e Uniformes para todas as unidades da empresa. Destacamos a elaboração do Manual de Uniformes, que padroniza a compra, adequando os mesmos à legislação de segurança e que pela primeira vez na história da empresa foram incluídos esses materiais para uso feminino;
- Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional com a ampliação dos exames complementares de espirometria e RX de Tórax para todos os trabalhadores lotados na DTC;
- Elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, que pela primeira vez está sendo realizado pelos profissionais da empresa;
- Participação da CGTEE no Grupo de Trabalho da Fundação COGE para atendimento da NR 10 – Norma Regulamentadora em Instalações e Serviços em Eletricidade, editada através da Portaria nº 598 de sete de dezembro de 2004;

- Elaboração de procedimentos de segurança para vários segmentos de trabalho, tais como, acesso e trânsito de veículos, normatização do fumo, emergência na DTPJ , acesso à UPME, ambulatorial, trabalho em altura, conduta de utilização da ambulância;
- Realização de treinamentos internos para os trabalhadores da CGTEE e contratados, ministrados pelo quadro próprio dos técnicos de segurança;
- Aprovação pela Diretoria Executiva da inclusão do Anexo de Segurança do Trabalho, elaborado pelos técnicos do Departamento, nos editais e contratos da CGTEE com o objetivo de padronizar as ações em todas as contratadas e, preservar a saúde e integridade física de todos os trabalhadores, vindo a se concretizar através da Resolução de Diretoria nº. 252/04;
- Apoio e assessoramento para as CIPAS da empresa nas suas atividades e na elaboração dos mapas de risco;
- Contratação de mais um Médico do trabalho para Candiota, visando preservar a saúde e integridade física dos trabalhadores;
- Acompanhamento da Revisão 2005 do DTC;
- Qualificação permanente de profissionais da empresa com participações em visitas técnicas, cursos e seminários relacionados com o tema ambiental.

6. GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

Na área de Suprimentos, consolidou-se o Pregão Presencial a exemplo das demais modalidades convencionais, tais como: Convite, Tomada de Preços e Concorrências. As contratações efetuadas até o mês de dezembro de 2005, na modalidade Pregão Presencial, informam que o valor estimado pela CGTEE para contratações foi de R\$ 31.430.788,00 (trinta e um milhões quatrocentos e trinta mil setecentos e oitenta e oito reais) e o valor das propostas comerciais apresentadas pelas empresas participantes foi R\$ 27.567.594,86 (vinte e sete milhões quinhentos e sessenta e sete mil quinhentos e noventa e quatro reais oitenta e seis centavos). Por conseguinte ocorreu um deságio de

R\$ 3.863.193,14 (três milhões oitocentos e sessenta e três mil cento e noventa e três reais e quatorze centavos).

Foram realizados em 2005, setenta e dois Pregões Presenciais, quarenta e quatro Tomadas de Preços, dezenove Convites, dez concorrências, dois Registros de Preços e um Leilão. Por outro lado, a título de comparação, foram realizadas cento e cinco licitações no ano de 2003, cento e vinte e oito licitações no ano de 2004 e cento e sessenta e uma licitações realizadas em 2005. Média mensal no ano de 2003: 8,75; no ano de 2004: 10,67; e no ano de 2005 foi de 13,44 licitações fechadas por mês e com seu objeto devidamente contratado.

Com o advento do Decreto Federal 5.450 de 31.05.2005, que torna obrigatório o Pregão Eletrônico, a CGTEE, através do Departamento de Suprimentos, realizou reunião com a Assessoria Jurídica a fim de verificar em conjunto, os principais artigos do novo Decreto. Depois disso, foi elaborado novo modelo de Edital por parte do DFS. Previsto no Decreto, a utilização do SICAF por parte dos órgãos da administração direta, onde se incluía naturalmente a CGTEE, foi solicitado Termo de Adesão ao referido órgão. A CGTEE, através do DFS, Diretor Financeiro e o Senhor Presidente, assinaram Termo de Adesão ao SICAF o que, sem dúvida, permitiu acesso às informações contidas no banco de dados para efeitos de verificações de certidões das empresas que participam de licitação no âmbito da Companhia. A adesão da CGTEE ao SICAF permite verificar a validade das certidões "on line" o que torna o andamento dos processos mais rápidos e a juntada de documentos nos processos é dispensada para o caso da empresa ser inscrita no SICAF.

Os licitantes interessados em participarem de licitações promovidas pela CGTEE podem retirar editais na Internet no caso do Pregão Eletrônico e também das licitações convencionais acima apontadas.

A CGTEE continua promovendo a elaboração, publicação e contratação de empresas através de Registro de Preços.

6.1 ANÁLISE E EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE REGISTRO CADASTRAL, CONFORME ART. 34 DA LEI Nº 8.666/93

Desde 01 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2005, foram emitidos 470 CRC's. Apenas no ano de 2005 foram emitidos 89 novos certificados. Dos 470 CRC's emitidos,

existem 153 válidos.

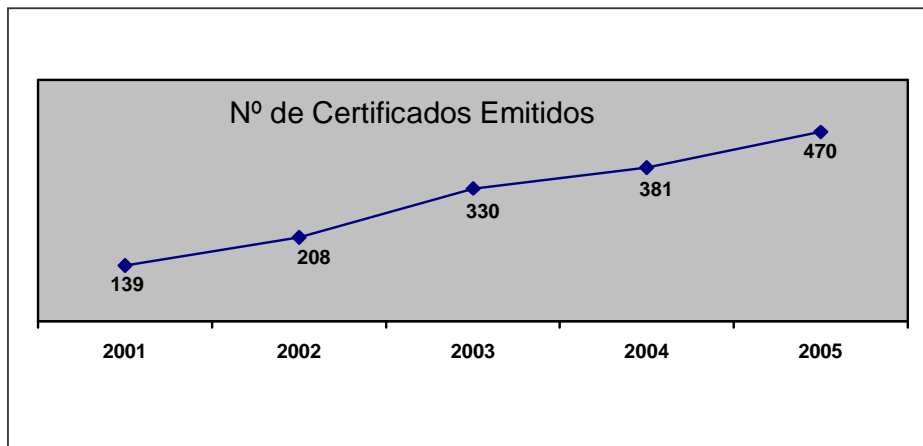


Gráfico 10 - Evolução do número de emissões de Certificados de Registro Cadastral desde a implantação.

Podemos observar uma melhoria no processo gerencial que permitiu um melhor controle interno dos processos de aquisição e gestão de contratos.

7. A CGTEE E A COMUNIDADE

7.1 ESCOLA DE FÁBRICA

Em 2005, a CGTEE, considerando a demanda existente e a carência de mão-de-obra qualificada condizente com as necessidades da empresa para as paradas anuais e a construção da Fase C da Usina de Candiota, aderiu, através de convênio, ao Programa Escola de Fábrica do MEC – Ministério da Educação e Cultura.

O Projeto Escola de Fábrica tem o objetivo de qualificar jovens de 16 a 24 anos de baixa renda para o exercício de uma profissão, envolvendo o setor produtivo na formação destes jovens, aliando responsabilidade social às suas necessidades de trabalhadores qualificados.

No total de suas etapas a meta é qualificar mil jovens nos municípios da Metade Sul do estado e bases de unidades da CGTEE, iniciando por Bagé, Candiota e Pelotas.

Os cursos previstos no Programa são Caldeireiro, Instrumentista Tubista, Encanador Industrial, Soldador, Desenhista de Projetos Auxiliado por Computador, Torneiro

Fresador, Mecânico Ajustador, Mecânico Montador, Eletricista Bobinador, Eletricista Industrial, Eletricista Montador, Isolamento Térmico, Montagem de Andaimos e Saneamento Básico.

A carga horária de cada curso profissional será destinada tanto à formação profissional quanto à formação cidadã, através de temas transversais como Cidadania – Inserção Social, Comunicação Interpessoal, Sociabilidade, Gestão, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, Geopolítica e Noções de Matemática, Língua Portuguesa e Informática.

Em 2005, a Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social e a Assessoria de Comunicação da empresa realizaram ações em prol da comunidade do Rio Grande do Sul, ampliando os limites de atuação do entorno das Unidades para todo o Estado.

Várias foram as ações de integração com a comunidade, através de projetos sociais propostos ao Comitê de Responsabilidade Social ou patrocínios propostos ao Conselho de Comunicação da Companhia. Foi dada continuidade a quatro projetos, detalhados a seguir.

7.2 PROJETO TIJOLO CINZA-CAL

Tijolos ecológicos em cinza-cal (reaproveitamento das cinzas do carvão mineral), com a FURG – Fundação Universidade de Rio Grande, FAURG – Fundação de Apoio a Universidade de Rio Grande, CMCC – Cooperativa de Moradia e Construção Comunitária. O projeto foi iniciado em 2003 e concluído em 2005.

O projeto desenvolveu a pesquisa e a certificação da tecnologia do tijolo cinza-cal e sua utilização na construção de moradias populares, dando um fim ecológico aos resíduos do carvão mineral.

O tijolo cinza-cal é produzido sem queima, é prensado a frio e secado ecologicamente, naturalmente ou através de estufas construídas com lona preta para potencializar o calor do sol.

A cooperativa está produzindo tijolos para a construção de casas. Já está em discussão a construção de moradias nos municípios de Santa Maria, Pelotas e Rio Grande, beneficiando diretamente 80 pessoas (membros da cooperativa) e poderá beneficiar, indi-

retamente, 15.000 pessoas (construção de casas populares). Este projeto é parceiro do Programa FOME ZERO.

7.3 PROJETO PESCANDO LETRAS

Alfabetizou em torno de 150 pescadores e pescadoras em comunidades de Colônia de pescadores Z3 - Pelotas, São José do Norte, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul, através de convênio com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, a CGTEE e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

7.4 PROJETO QUINTAIS DE FRUTAS ORGÂNICAS

Implantou, em 2005, 130 quintais em assentamentos, quilombolas, assentamentos rururbanos e reserva indígena no Rio Grande do Sul promovendo a segurança alimentar e a captura orgânica de carbono. Realizado através de convênio com a EMBRAPA, este projeto é parceiro do Programa FOME ZERO e boa parte destas famílias foram beneficiadas com o Programa Luz para Todos.

7.5 PROJETO CGTEE CANOAGEM NA ESCOLA

Ampliou a atuação de Santa Maria e Candiota para mais três municípios: Porto Alegre, São Leopoldo e São Jerônimo, passando a atender 300 crianças e adolescentes. As atividades proporcionam, além da inclusão social, o aprendizado de uma modalidade esportiva com participação e preservação do meio-ambiente.

7.6 PROJETO RECICLANDO O RITMO

Objetiva ensinar percussão e confecção de instrumento, a partir de materiais reciclados, para crianças e adolescentes filhos de catadores, contribuindo para evitar o trabalho infantil. O projeto iniciou seu desenvolvimento em 54 municípios do Rio Grande do Sul, onde existem catadores(as) e recicladores(as) organizados em grupos, através de convênio entre a CGTEE e a Associação de Catadores e Recicladores do Rio Grande do Sul (ATRACAR).

7.7 PROJETO DE AUTOSUSTENTABILIDADE E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO QUILOMBO DOS ALPES

Objetiva promover a autosustentabilidade desta comunidade quilombola localizado no Morro do Alpes, em Porto Alegre. O projeto está sendo desenvolvido através de atividades que promoverão renda, formação e resgate de técnicas tradicionais. O projeto se desenvolve através de convênio entre a CGTEE e a Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras. Serão beneficiadas, aproximadamente, 200 pessoas moradoras do local.

7.8 AÇÃO PRÓ-COMITÊ PERMANENTE PARA QUESTÕES DE GÊNERO

A CGTEE mantém sua participação no Comitê Permanente para Questões de Gênero no âmbito do MME e suas Empresas vinculadas, fruto das deliberações da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. No ano de 2005 foram realizadas atividades no Dia Internacional da Mulher, oportunidade em que foi lançada uma cartilha direcionada aos empregados e empregadas da Companhia com o objetivo de informar sobre conceitos básicos relativos a gênero e também informações úteis para defesa dos direitos das mulheres. Ocorreram encontros para discutir as questões referentes ao tema gênero que contou com a participação das(os) empregadas(os). Para encerramento das atividades do ano, aconteceu uma confraternização com palestra sobre Violência Contra Mulher.

7.9 PRODESCA (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES ATINGIDAS POR EMPREENDIMENTOS ELÉTRICOS)

Proposto pela Eletrobrás, o trabalho da CGTEE está se realizando na comunidade do entorno da Usina de São Jerônimo denominada Vila Princesa Isabel. Este projeto iniciado em 2004, realizou em 2005 o levantamento sócio-econômico da vila e, também, análise ambiental da área que será concluída no início de 2006.

Aborda ações de recuperação ambiental, regularização fundiária, geração de renda e inclusão social.

A CGTEE teve uma presença constante em eventos do setor elétrico e ampliou sua inserção na comunidade através de patrocínios de vários eventos importantes como feiras de livro, semana farroupilha, festivais nativistas e dança.

7.10 LUZ PARA TODOS

A CGTEE integra, na condição de Coordenadora Estadual, o Programa LUZ PARA TODOS do Ministério de Minas e Energia com o apoio das Centrais Elétricas do Sul do Brasil - ELETROSUL, que tem o objetivo levar energia elétrica para mais de 12 milhões de brasileiros até 2008. No estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2005, foram atendidas 15,4 mil famílias num total de 77 mil gaúchos beneficiados, com investimentos de R\$ 21,3 milhões, sendo que, no ano de 2004, foram atendidas 1,9 mil famílias com um investimento de R\$ 6,8 milhões.

Com a intensificação do ritmo dos trabalhos, a coordenação do Programa acredita que mais de 200 mil gaúchos serão beneficiados, erradicando a exclusão elétrica no Estado. Os atendimentos priorizados pelo programa são comunidades indígenas e quilombolas, assentamentos rurais e agricultores reassentados atingidos por barragens.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS - VISÃO PROSPECTIVA

O relatório de Gestão de 2004, sinalizou importantes desafios para a empresa no ano de 2005: comercialização da energia existente, melhoria do desempenho da UTE Candiota, resultado da parada especial de 2004, viabilização da fase C, implantação do planejamento estratégico e qualificação dos programas ambientais da empresa.

Em relação à comercialização da energia existente, conseguimos vender 104 MW para o período 2008/2015 e 34 MW para o período 2009/2016. A empresa vendeu toda a energia ofertada nos leilões realizados em 2005. Sendo inclusive os primeiros leilões onde a CGTEE vendeu energia na sua história. Para 2006, o esforço da empresa nesta área será o de comercializar a energia descontratada nos anos de 2006 e 2007. Ao mesmo tempo, caberá este ano retomar a iniciativa para uma possível revisão da portaria 303/2004 do Ministério de Minas e Energia que reduziu a energia segurada da empresa.

Em relação à melhoria operacional nas nossas Usinas, em particular Candiota, alcançamos um índice de 66% de disponibilidade geral, o melhor de nossa história. Este dado é importante, porque confere maior confiabilidade aos índices de geração de energia da empresa, em 2006, a meta é superar os 70% de disponibilidade.

Em 2006, temos o desafio de continuar o processo de modernização dos parques de São Jerônimo e Nutepa. No caso de São Jerônimo, implantar caldeiras modernas em leito fluidizado e projetar uma caldeira piloto em multicomcombustão. No caso da Nutepa, avançar nas negociações entre a CGTEE e a Prefeitura de Porto Alegre para desenvolver a variante do biogás.

Em 2005, a construção da Fase C de Candiota II tornou-se realidade a partir da venda de energia nova no leilão. Além de resgatar um projeto aguardado há 23 anos, a Fase C afirma a CGTEE como empresa pública e viável. Em 2006, ocorrerá a assinatura dos contratos de financiamento e liberação da licença de instalação. O início das obras está previsto para o final do primeiro semestre.

Quanto ao Planejamento Estratégico, houve importante avanço em relação às definições das macro diretrizes da empresa, bem como do seu papel dentro do grupo Eletrobrás. Neste ano, a Eletrobrás e a CGTEE, simultaneamente e com interação, devem concluir o processo de Planejamento Estratégico.

O tema ambiental terá prioridade em 2006. A liberação da licença de operação da Fase B e de instalação da Fase C e a resolução das questões pendentes em São Jerônimo deverão mobilizar toda a empresa. Nesta área, também merecem atenção dois convênios: o das microalgas com a FURG, para biofixação do CO₂ e o convênio dos bioóleos com a COCEARGS com vistas ao possível uso em substituição ao fuel oil.

A formação e qualificação do nosso corpo funcional deverão acompanhar os desafios postos à empresa, compreendendo o novo momento da CGTEE, aprimorando os processos e normas de controle interno.

Sendo assim, ressaltamos que a CGTEE avançou na delimitação de sua identidade, afirmando e viabilizando-se como empresa pública Federal de geração térmica de energia elétrica.

9. AGRADECIMENTOS

O agradecimento a todos aqueles que colaboraram para o desempenho da Companhia durante o ano de 2005: Clientes, Autoridades Municipais, Estaduais e Federais, Acionistas, Conselheiros de Administração e Fiscal, Órgãos de controle interno e externo, ELETROBRÁS, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Operador Nacional do Sistema - ONS, Secretaria de Minas, Energia e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul e fornecedores em geral.

Aos Diretores, gerentes, empregados e colaboradores, o agradecimento especial, pela dedicação e empenho proporcionados à Companhia neste ano. Para os próximos anos, renovamos o firme propósito de continuarmos juntos nessa caminhada para projetar a CGTEE como uma empresa pública federal do Grupo Eletrobrás, eficaz na geração térmica de energia elétrica, fomentadora do desenvolvimento social e econômico com respeito ao meio ambiente e responsabilidade social.

Porto Alegre, 10 de março de 2006.

JÚLIO CÉSAR RIEMENSCHNEIDER DE QUADROS
Diretor Presidente